

Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

# APRESENTAÇÃO

---

## Prezado leitor

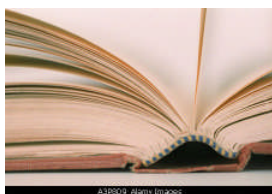
Este é o terceiro número do *SBS Caderno de Resenhas*, periódico eletrônico da Sociedade Brasileira de Sociologia, que tem como objetivo publicar resumos e comentários elaborados por especialistas, sobre livros nacionais ou estrangeiros da área de Ciências Sociais. Esta iniciativa visa contribuir para a informação e o desenvolvimento do debate acadêmico em circuito amplo, por meio de edição eletrônica e assim difundir a produção intelectual dos cientistas sociais democratizando seu acesso a um público mais diversificado.

O *SBS Caderno de Resenhas* representa um esforço da diretoria da SBS para concretizar o desejo, anunciado ao longo do tempo, de solidificar e difundir o pensamento sociológico em diversas instâncias do domínio público. Significa, portanto, a continuidade dos esforços de publicação e edição de obras sobre o pensar sociológico, que vem caracterizando a prática acadêmica da entidade, desde o tempo de sua criação.

Esta publicação tem periodicidade semestral com inscrição ISSN 1981-2264 e divulgação no *site* da Sociedade Brasileira de Sociologia: [www.sbsociologia.com.br](http://www.sbsociologia.com.br)

Os interessados em encaminhar resenhas devem seguir as Normas para Publicação (neste Caderno), e enviar os trabalhos para a Secretaria Geral da Comissão de Publicação, no endereço: [sbsresenhas@yahoo.com.br](mailto:sbsresenhas@yahoo.com.br)

---



**Apresentação**

**Expediente**

**Sumário**

**Resenhas**

**Normas para Publicação**

## EXPEDIENTE

Publicação Semestral da Sociedade Brasileira de Sociologia  
Nº 3, Ano 2 Outubro de 2007  
ISSN: 1981-2264

Diretoria (gestão 2005 a 2007)

Presidente: Tom Dwyer, UNICAMP

**1º Vice Presidente**

Irlys Alencar Firmo Barreira, UFC

**2º Vice Presidente**

Ana Maria Fernandes, UnB

**Secretário Geral**

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, UFPE

**Tesoureiro**

Maíra Baumgarten Corrêa, UFRGS

**1º Secretário**

Magda Maria Bello de Almeida Neves, PUCMG

**2º Secretário**

Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, USP

**Diretores**

José Ricardo Garcia Pereira Ramalho, UFRJ

Pedro Célio Alves Borges, UFGO

Maria Celi Ramos da Cruz Scalon, IUPERJ

Wilson José Barp, UFPA

Tamara Benakouche, UFSC

**Coordenação Editorial**

Irlys Alencar Firmo Barreira

José Ricardo Ramalho

**Conselho Editorial**

Jacob Carlos Lima

Maíra Baumgarten Corrêa

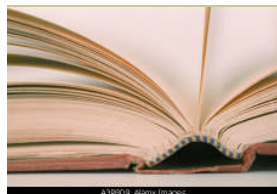
Maria Estela Grossi

Salete Cavalcanti

Tom Dwyer

**Secretaria**

Dione Marques



Apresentação

Expediente

Sumário

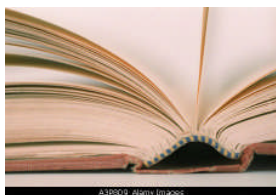
Resenhas

Normas para Publicação

## SUMÁRIO

---

1. UMA NOVA VISÃO SOBRE GINO GERMANI E A SOCIOLOGIA LATINO-AMERICANA .....04  
Antonio da Silveira Brasil Junior
2. LEITURAS E IDEAIS: CAMINHOS DA SOCIOLOGIA ALEMÃ NO BRASIL ..... 09  
Bruno Sciberras de Carvalho
3. AS LUTAS DAS FEMINISTAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX E AS MANOBRAS DO ESTADO NO SISTEMA DE GÊNERO ..... 13  
Celecina De Maria Veras Sales
4. NOVOS PARADIGMAS PARA A SOCIOLOGIA: DERROCADA DO SOCIAL E SURGIMENTO DO CULTURAL .....17  
Francisco Alencar Mota
5. OS MÚLTIPLOS CAMINHOS DO PENSAMENTO DE FOUCAULT ..... 23  
Luciane Cristina de Oliveira
6. O DNA FRANCÊS: BIOSOCIALIDADE E POLITIZAÇÃO DA VIDA .....27  
Messias Moreira Basques Jr
7. ETNOGRAFIA DO GLOBAL: EFEITOS DE EXCEÇÃO GERADOS PELO NEOLIBERALISMO .....33  
Thais Aguiar
8. DO RESGATE DO CONCEITO DE “HEGEMONIA”: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E POLÍTICAS .....39  
Vivian Domínguez Ugá
9. NORMAS PARA PUBLICAÇÃO ..... 45



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

## RESENHAS

### UMA NOVA VISÃO SOBRE GINO GERMANI E A SOCIOLOGIA LATINO-AMERICANA

Resenha do livro de BLANCO, Alejandro. *Razón y Modernidad: Gino Germani y la sociología en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2006, 280p.

Antonio da Silveira Brasil Junior<sup>1</sup>

Em um de seus últimos textos, Florestan Fernandes realiza um balanço sintético da temática do desenvolvimento no Brasil e na América Latina. Entre outros pontos, destaca que, embora “tais preocupações se evidenciassem na década de 1950, foi nas décadas de 1960 e 1970 que elas atingiram o clímax científico e político” (Fernandes, 1994, p.10). Além disto, ressalta que “foi a Unesco e, em seguida, a Cepal que tornaram o assunto obrigatório nas reflexões e nas investigações dos cientistas sociais” (Idem, 1994, p.9). Deve-se acrescentar, porém, que tornar um assunto “obrigatório” na agenda sociológica não é uma tarefa simples ou trivial. Além de envolver necessariamente uma intensa persuasão dos pares, implica, sobretudo, a reformulação dos esquemas conceituais e a legitimação de determinados objetos de pesquisa. Assim, ao lado do estímulo dado pelas duas agências das Nações Unidas à questão do desenvolvimento, como observou Fernandes, impõe-se levar também em consideração o trabalho muitas vezes árduo de “aclimatação” conceitual desta problemática feita por sociológicos latino-americanos em fins dos anos 1950, a fim de torná-la produtiva e intelectualmente coerente com os processos sociais típicos deste contexto periférico.

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pelo PPGSA / IFCS / UFRJ e Bolsista do CNPq.

Neste trabalho de convergência intelectual, não se pode minimizar o impacto das formulações do sociólogo ítalo-argentino Gino Germani. Ao lado de autores como Medina Echavarría e Costa Pinto, Germani cumpriu um papel pioneiro na difusão desse campo problemático, seja através de livros, conferências ou artigos publicados em revistas influentes como *Desarrollo Económico*. Não é fortuito, neste sentido, que um livro destinado exatamente à compreensão desta nova orientação na Sociologia latino-americana – *La sociología del cambio y el cambio de la sociología*, de Costa Pinto (1963) – tenha sido dedicado a Gino Germani.

*Razón y modernidad: Gino Germani y la sociología en la Argentina*, de Alejandro Blanco, traz um retrato complexo e detalhado desse autor que foi central, em um dado momento, também para a Sociologia brasileira. Basta lembrar que, desde 1960, sua obra já vinha sendo publicada no Brasil, como é o caso de *Política e Massa: estudos sobre a integração das massas na vida política dos países em desenvolvimento* – editada pela Universidade de Minas Gerais<sup>2</sup> –, além de artigos publicados em coletâneas organizadas por Costa Pinto, no Rio de Janeiro, e por Luiz Pereira, em São Paulo<sup>3</sup>. Ademais, cumpre ressaltar que as formulações germanianas a respeito das implicações políticas dos processos de desenvolvimento econômico acelerado também reverberaram profundamente nos estudos do fenômeno do “populismo”, tendo sido incorporadas de modo mais ou menos crítico por autores como Octavio Ianni (1991) e Francisco Weffort (1978). Enfim, pode-se dizer que Germani se configurou como um interlocutor privilegiado para toda uma geração de sociólogos brasileiros.

A centralidade que a temática da modernização e do desenvolvimento assumiu na Sociologia brasileira e latino-americana dos anos 1960 e 1970 – centralidade para a qual concorreu decisivamente a obra de Germani – terminou por favorecer um tipo específico de recepção de seus argumentos. Embora o sociólogo ítalo-argentino estabelecesse, como aponta Blanco, um diálogo de fundo com diversas tradições intelectuais, a imagem que lhe ficou recorrentemente associada foi a de um autor que lia o processo de modernização à luz de um estrito funcionalismo “parsoniano”. No caso brasileiro, uma das indicações mais significativas deste tipo de leitura é o quinto volume dos *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos* (CERU), no qual Maria Sylvia de Carvalho Franco (1972) critica explicitamente o “parsonianismo” de Germani. Em outra vertente, a chamada “teoria da dependência” também contribuiu sobremaneira para a rotinização dessa imagem de Germani enquanto adepto do

---

<sup>2</sup> Esta publicação coligiu alguns artigos de Germani que só seriam reunidos em livro na Argentina, dois anos mais tarde em *Política y sociedad en una época de transición* (1962).

<sup>3</sup> Luiz Aguiar da Costa Pinto e Waldomiro Bazzanella publicaram artigos de Germani em *Teoria do desenvolvimento* (1967) e em *Processos e implicações do desenvolvimento* (1968). Já Luiz Pereira publicou um texto de Germani na coletânea por ele organizada *Urbanização e subdesenvolvimento* (1969).

funcionalismo parsoniano, cujas dicotomias seriam refratárias a uma análise dialética e integrada do processo de desenvolvimento (Cardoso & Faletto, 2004).

Não obstante Alejandro Blanco reconheça a importância de Talcott Parsons nas formulações de Gino Germani (p. 84), o grande avanço de *Razón y modernidad* é exatamente matizar e problematizar esta visão unilateral de sua obra. Lendo a obra do sociólogo ítalo-argentino a contrapelo de sua fortuna crítica e, em certos momentos, da própria auto-imagem forjada por Germani, Blanco recupera e analisa uma série extensa de materiais ainda pouco explorados pelos intérpretes de sua obra. Dentre esses materiais, incluem-se desde entrevistas até planos de aula, passando por uma reconstrução minuciosa de sua atividade como editor de duas das mais prestigiosas coleções de livros acadêmicos na Argentina – a “Ciencia y Sociedad”, da Editorial Abril, e a “Biblioteca de Psicología y Sociología”, da Editora Paidós.

Cabe assinalar que este extenso material coligido por Blanco se prende diretamente à perspectiva metodológica por ele adotada, que envolve uma adesão criativa e não-dogmática às proposições do chamado “contextualismo lingüístico” desenvolvido por Quentin Skinner. Nesta perspectiva, seu trabalho de interpretação visa a situar os *textos* de Germani dentro dos *contextos* ou convenções mais amplos, nos quais estão inseridos – isto é, avaliá-los no interior das próprias questões dos atores de seu tempo, e não à luz de preocupações contemporâneas. Assim, a proposta de Blanco em relação à obra de Germani não pretende “pôr à prova a cientificidade de seus conceitos nem de seus esquemas interpretativos”, mas “refazer sua genealogia e colocar a interpretação de seus textos no horizonte dos dilemas e das perguntas suscitados por sua época” (p.19). Deste modo, a ruptura com o “círculo hermenêutico” previsto neste tipo de abordagem tem como corolário necessário o levantamento do maior número possível de materiais que possibilitem a reconstrução – sempre limitada, como pondera Blanco (p.48) – do contexto intelectual e político mais amplo no qual um autor se encontra situado.

Através deste tipo de análise, Blanco almeja operar uma *ruptura* no “*contexto de leitura* no qual têm sido inscritas, até o momento, a trajetória e a produção intelectual de Germani” (p.88). Isto é, tenciona evidenciar que Germani, longe de ser um mero “reprodutor” das teses parsonianas, dialogava de maneira substantiva com diferentes tradições intelectuais como a sociologia alemã e a Escola de Frankfurt, a psicanálise “reformista”, o pragmatismo americano, o neopositivismo e até mesmo algumas vertentes da chamada “sociologia crítica”. A fim de demonstrar esta hipótese, o Autor não só estabelece um corpo-a-corpo com os textos de Germani como utiliza meios mais indiretos e menos óbvios de pesquisa, como o catálogo de livros por ele editados. Para a surpresa daqueles que conhecem a produção germaniana mais ligada à *sociologia da modernização*, sua lista não inclui autores como Talcott Parsons, Daniel Lerner, Marion Levy

ou Bert Hoselitz, mas “Walter Lippmann, Harold Laski, Erich Fromm, George H. Mead, Bronislaw Malinowski, Walter Hollitscher, Viola Klein, Guido de Ruggiero, Franz Neumann, entre outros” (p.115). Além disto, ainda no começo dos anos 1970, Germani já sugeria a incorporação na coleção da Paidós de uma série de obras que se opunham claramente à sociologia parsoniana, dentre elas o significativo livro de Alvin Gouldner, *The coming crisis of western sociology* (p.134-135).

Mas como esta variedade de orientações intelectuais se traduziu em sua produção sociológica? Um exemplo central discutido por Alejandro Blanco, e que destaco aqui, é sua conceituação do “peronismo” na vida política argentina. Em um artigo de 1956, intitulado “La integración de las masas a la vida política y el peronismo”, o quadro central de referência não é o da Sociologia funcionalista norte-americana, mas a Sociologia de Karl Mannheim e os teóricos da Escola de Frankfurt (especialmente Erich Fromm). Familiarizado com a discussão europeia referida à “psicanálise do anti-semitismo” e do “totalitarismo”, Germani não buscou correlações funcionais entre “industrialização” e “autoritarismo”, mas os nexos psicossociais e ideológicos que permitiram a reorientação subjetiva das condutas dos agentes diante das mudanças estruturais pelas quais passava a sociedade argentina naquele momento – industrialização, urbanização massiva, migração interna, etc. Como assinala Blanco:

Con el recurso a dicho lenguaje compuso una síntesis en la que pueden reconocerse elementos provenientes de la problemática de la sociología del conocimiento de Karl Mannheim (...) y de aquellos otros más directamente relacionados con la apertura al psicoanálisis operada por la teoría crítica. Probablemente sería apresurado hablar aquí de una síntesis freudo-marxista, pero no es difícil percibir en el recursivo léxico de Germani (...) la presencia de una perspectiva tan atenta a las condiciones objetivas en las que una acción tiene lugar como sensible a la dimensión subjetiva de la experiencia (p.159).

Mesmo que anos mais tarde, a problemática do “peronismo” tenha sido rediscutida por Germani em termos de movimentos “nacional-populares” típicos de processos assíncronos de modernização – na linguagem que se tornaria clássica em *Política y sociedad en una época de transición social* (1962), na qual a presença de Parsons é marcante nos primeiros capítulos –, Alejandro Blanco ressalta que o núcleo de seu argumento fora desenvolvido a partir de um diálogo com autores muito distantes do estrutural-funcionalismo<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Em outro trabalho, Alejandro Blanco discute com mais vagar a mudança de perspectiva de Germani em relação à conceituação do peronismo. Em seus termos: “puede afirmarse que de 1956 a 1962 se ha operado el pasaje de la problemática del totalitarismo a la del desarrollo y la modernización. En virtud del mismo, el peronismo adquiere un nuevo significado, a saber, el de una variante de un fenómeno común, el de los “movimientos nacional-populares”,

Uma abordagem “contextualista” como a de Blanco, além de permitir novos ganhos interpretativos – como no caso discutido acima –, tem a vantagem heurística de apostar na *contingência* dos processos que conformam a história intelectual e social. Evitando recair nos habituais *anacronismos*, o Autor é particularmente atento ao perigo de serem projetados retrospectivamente os significados atuais de uma determinada obra para o próprio contexto que se pretende analisar – o que Quentin Skinner denominou “mitologia da prolepsis” (p. 49). Em vez de subsumir a imagem recorrente de um Germani “estrutural-funcionalista”, os materiais coligidos por Alejandro Blanco problematizam esta caracterização, permitindo afirmar que sua filiação a essa corrente sociológica foi muito menos “necessária” e “permanente” do que estamos acostumados a pensar.

Além disto, a ênfase no “contexto” não recai nos extremos de dissolver a atividade intelectual de Germani num “discurso” anônimo e sem sujeitos – como sói ocorrer em algumas investigações de inspiração foucaultiana –, mas serve como estratégia interpretativa capaz de prover sentido às *ações* e *inovações* do sociólogo ítalo-argentino no interior do horizonte problemático no qual estava inserido. Em outros termos, ao salientar as convenções mais gerais do discurso sociológico de seu tempo, Alejandro Blanco chama a atenção para a *heterodoxia* das questões levantadas por Germani, assim como põe em evidência os múltiplos aspectos institucionais, intelectuais, econômicos, sociais e culturais (p. 21) que possibilitaram o êxito da empresa germaniana na *institucionalização* da “sociologia científica” na Argentina pós-peronista (p. 213-216).

Talvez por ter sido vítima de seu próprio sucesso, posto que o léxico difundido por Gino Germani terminou por se converter em *sensu comum* da Sociologia do desenvolvimento dos anos 1960, as formulações germanianas ficaram expostas a leituras apressadas e reducionistas – incluindo aí seus críticos brasileiros. A inovação de *Razón y modernidad* reside justamente em analisar a obra de Germani à contraluz de sua fortuna crítica, colocando em primeiro plano um sociólogo complexo e ousado em termos intelectuais, capaz inclusive de dialogar criativamente com diversas e muitas vezes divergentes tradições de pensamento. E, neste sentido, *Razón y modernidad* certamente nos interpela a buscar uma visão mais matizada de questões centrais também na tradição sociológica brasileira, além de apresentar sugestões inovadoras em termos teórico-metodológicos para a sua discussão contemporânea.

---

propio, por lo demás, de un proceso igualmente común, el de la modernización de los países en vía de desarrollo” (Blanco, 2003: 690). Cf. Também o livro compilado por Blanco, *Gino Germani: la renovación intelectual de la sociología* (2006), onde estão reunidos textos de variadas fases da produção germaniana.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLANCO, A. “Política, modernización y desarrollo: una revisión de la recepción de Talcott Parsons en la obra de Gino Germani”. *Estudios Sociológicos de El Colegio de México*, vol. XXI, nº. 63, 2003, pp. 667-699.
- CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 (8ª edição).
- COSTA PINTO, L. A. *La sociología del cambio y el cambio de la sociología*. Buenos Aires: Eudeba, 1963.
- COSTA PINTO, L. A. & BAZZANELLA, W. (Orgs.). *Teoria do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Processos e implicações do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- FERNANDES, F. *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- FRANCO, M. S. C. “Sobre o conceito de tradição”. *Cadernos (Centro de Estudos Rurais e Urbanos)*, nº. 5, 1ª série, junho de 1972, pp. 9-40.
- GERMANI, G. *Política e massa: estudos sobre a integração das massas na vida política dos países em desenvolvimento*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1960.
- \_\_\_\_\_. *Política y sociedad en una época de transición: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Gino Germani: la renovación intelectual de la sociología* (compilado por Alejandro Blanco). Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2006.
- IANNI, O. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991 (2ª edição).
- PEREIRA, L. (Org.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\*\*\*\*\*

## LEITURAS E IDEAIS: CAMINHOS DA SOCIOLOGIA ALEMÃ NO BRASIL

Resenha do livro de VILLAS BOAS, Gláucia. *A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2007, 141p.

Bruno Sciberras de Carvalho<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ. Professor e pesquisador recém-doutor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Como deixa claro em vários momentos de seu livro, Gláucia Villas Bôas destaca que analisar a lógica das leituras, e a conseqüente reelaboração das idéias, efetuada por diversos agentes, não são tarefas simples e diretamente acessíveis. Ao longo do texto, tal fato revela-se evidente, o que torna as pesquisas mais instigantes. O livro é composto de uma série de artigos de temáticas relativas à apropriação da Sociologia alemã no Brasil e ao diálogo estabelecido entre perspectivas teóricas e contextos sociais muito diversos em princípio. Deve-se notar, entretanto, que a reconstrução do diálogo entre teorias sociais alemãs e brasileiras não implica a busca em definir características centrais de cada tradição de pensamento. A proposta sociológica não tem o intuito de perceber um mapa de influências, ou mesmo fazer uma história das idéias nos moldes tradicionais – quase sempre relacionados com o debate entre o entendimento do contexto em que as obras são produzidas e as análises que sugerem a autonomia do pensamento. Do ponto de vista metodológico, a autora atenta para o papel dos leitores, deixando de focalizar, como acontece comumente nas reflexões sobre o tema, a esfera de “produção” e os fatores exteriores que determinariam de modo quase direto a interpretação dos bens culturais e intelectuais. Ao contrário de buscar influências, perspectiva em que o leitor torna-se um agente passivo, Gláucia Villas Bôas analisa como certas crenças e teorias podem ser apropriadas fora de seu contexto social ou para além de sua época histórica, em um processo no qual novos leitores têm um papel ativo. Não se destaca, portanto, a imposição de uma percepção, mas sim processos e escolhas contingentes de imaginação intelectual.

Ainda que possa sugerir direções distintas, o objetivo exposto nas pesquisas do livro é claramente definido, voltado para o exame da identidade das Ciências Sociais do Brasil, tarefa ainda mais importante, dado o fato de as análises estarem articuladas ao período de institucionalização dessas disciplinas no País. A incorporação da Sociologia alemã no contexto brasileiro é marcada por um viés criativo que tanto reelabora as temáticas de acordo com os interesses dos seus leitores quanto descarta certas preocupações do campo de origem dos trabalhos, questão mais complexa devido ao exílio da intelectualidade alemã e à complexa geografia da circulação e recepção de suas idéias. Uma das características ressaltadas pela autora é o abandono gradual, por parte dos cientistas sociais brasileiros, de temas caros aos alemães, tais como a discussão sobre os limites do conhecimento e do papel da História na configuração das sociedades. Por outro lado, revela-se a peculiaridade de a apropriação da Sociologia alemã não ser feita de forma direta, já que vinculada a interpretações de outros contextos nacionais, sobretudo o norte-americano. Uma das sugestões é comparar as abordagens que muito repercutiram no contexto sociológico brasileiro, de Raymond Aron e Donald Levine a respeito da obra de Georg Simmel, para verificar a diferença e os valores que regem as leituras de um clássico.

A reelaboração efetuada pelos intelectuais brasileiros pode ser percebida no pouco acolhimento dos entendimentos de Max Weber e Werner Sombart sobre a gênese e o sentido do espírito capitalista, uma temática que alcançava grande relevância na Alemanha. Em uma análise sutil, a autora expressa os modos diversos pelos quais aqueles pensadores consideraram o advento da conduta racional e moderna. Assim, indica-se que, enquanto Weber procura demonstrar a afinidade entre a atitude ascética do protestantismo e a ânsia do lucro, Sombart expõe a relação entre a busca de luxo ou do prazer, principalmente da mulher cortesã, e o advento de um peculiar modo de consumo e, conseqüentemente, da ordem capitalista. O fato que parece mais relevante refere-se ao entendimento de como o pensamento social brasileiro, a princípio, pouco se relaciona com tal Sociologia dos valores e com as questões de cunho epistemológico propostas pelos dois autores. Sugere-se, então, que a própria dessemelhança das tradições teóricas é um bom caminho para entender as particularidades de nossa Sociologia, ainda que a autora chame atenção para a crescente preocupação das Ciências Sociais brasileiras com os limites de determinismos sociais e com o sentido das ações sociais, o que caracteriza diferenças entre uma leitura "nova" e "velha" dos clássicos alemães.

Em capítulo intermediário, Gláucia Villas Bôas retoma o debate sobre a especificidade de sua abordagem metodológica. Assim, faz uma diferenciação profícua entre a temática da recepção de idéias do crítico literário Hans Robert Jauss, que considera o papel de reconstrução do leitor sobre as obras, e a concepção de circulação de idéias de Pierre Bourdieu, que expressa, sobretudo, as influências e determinações produzidas por um campo cultural. Em seguida, a autora analisa questões fundamentais que determinaram a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, salientando o distanciamento em relação às reflexões alemãs dos limites do conhecimento e o predomínio de pesquisas sobre a identidade nacional e sobre as possibilidades de o país se adequar ou não às instituições racionais modernas. Neste sentido, há um viés específico na apropriação da Sociologia alemã, pois se valorizam temáticas acerca das mudanças sociais, da participação dos intelectuais no campo político e da conduta moderna. Max Weber, Karl Mannheim e Hans Freyer, mesmo pertencendo a círculos sociológicos muitos diferentes, ganham destaque nesse momento.

Papel fundamental tem Emílio Willems na sistematização das idéias da Sociologia alemã no Brasil em relação a essas temáticas. Organizador de dois dicionários de grande repercussão, fundador da revista "Sociologia" e tradutor da edição brasileira de "Ideologia e Utopia" de Mannheim, o professor da Escola Livre de Sociologia e Política e da Universidade de São Paulo foi um agente central para a definição de conceitos sobre a mudança cultural e social que tanto interessavam aos cientistas sociais dos anos 40 e 50. Gláucia Villas Bôas indica como, em suas

pesquisas sobre os imigrantes no Brasil, o autor traz questões importantes do pensamento alemão, tais como o desenvolvimento de modos e valores divergentes de conduta na modernidade e as dimensões da marginalidade e aculturação. Entretanto, a autora demonstra como as obras de Willems indicam uma relação original entre a concepção compreensiva da tradição alemã e o olhar antropológico e sociológico dos "estudos de comunidade" e da Escola de Chicago, algo que foi de grande importância para as Ciências Sociais brasileiras então nascentes. Assim, nota-se como a figura e trajetória de Willems é exemplar da forma pela qual as tradições intelectuais e teorias se moldam de acordo com os problemas de contextos e espaços específicos.

O último capítulo, talvez o mais complexo e com campo de análise mais abrangente, examina a recepção da obra de Karl Mannheim no Brasil. Diferentemente das outras partes do livro, porém, a autora não se limita a essa apropriação, fazendo uma comparação entre as abordagens de Mannheim realizadas não só no Brasil, mas na própria Alemanha e nos Estados Unidos. Assim, revela-se que, enquanto as interpretações de Mannheim no contexto norte-americano estiveram vinculadas à tradição filosófica pragmatista e ao questionamento da objetividade, na Alemanha o autor alemão aparece vinculado a um intenso debate com a teoria crítica sobre os fundamentos socioeconômicos da consciência. No Brasil, porém, Mannheim é utilizado para justificar o engajamento dos pensadores na realidade e nas mudanças sociais e políticas, o que reflete uma clara seleção normativa de suas idéias. Ao invés de as leituras de seus textos ressaltarem seu entendimento da modernidade, os cientistas sociais brasileiros consideravam, sobretudo, a questão da origem das idéias e de suas relações com a dimensão pública, algo exemplificado na importância que o conceito de *intelligentsia* alcançou.

Ao longo de todo o livro, desde a análise de Mannheim até as diferenças entre as abordagens metodológicas de Weber e as preocupações singulares de pensadores brasileiros, a autora tem a virtude de desconstruir uma possível e comum oposição, com problemáticos vínculos normativos, entre "centro" e "periferia", perigo presente em pesquisas que envolvem contextos socioeconômicos muito distintos, como é o caso de Brasil e Alemanha. Neste sentido, o livro indica a fecundidade de trabalhar com a temática da recepção de idéias a partir das capacidades reflexivas dos agentes, atentando para a compreensão dos interesses cognitivos e para a originalidade das diversas tradições de pensamento. No caso das pesquisas de Gláucia Villas Bôas, fica claro o modo como a análise das interações entre a Sociologia alemã e suas leituras permite um consistente instrumento para a percepção dos valores que regem o entendimento sociológico, como explicitado na visão teleológica e na ênfase do papel engajado do intelectual, as quais marcaram o período da institucionalização das Ciências Sociais brasileiras.

Tendo uma preocupação metodológica clara e consistente, um dos melhores resultados do livro é estimular a produção de novas pesquisas sobre o tema, algumas já indicadas pela própria autora, como a apropriação matizada da obra de Marx no Brasil, ou mesmo de outras vertentes da teoria social. Ainda que tal tarefa seja complexa e requeira vasto esforço intelectual, as conclusões são relevantes para uma maior reflexividade sobre a identidade das tradições sociológicas. Da mesma forma que a realidade social, essas tradições não refletem de modo automático uma substância fundamental ou um conjunto inquestionável de concepções. Como se torna claro nas recepções do pensamento alemão no Brasil expostas no livro, a teoria sociológica é uma forma criativa de imaginar e entender as relações sociais, e só pode ser analisada, se pressupostas as idéias como recursos que são constantemente reelaborados pelas leituras efetuadas.

\*\*\*\*\*

## **AS LUTAS DAS FEMINISTAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX E AS MANOBRAS DO ESTADO NO SISTEMA DE GÊNERO**

BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: reestrutura da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940* (Tradução de Lólio de Oliveira). São Paulo: Edusp, 1999, 329 p.

Celecina de Maria Veras Sales<sup>6</sup>

O livro de Susan Besse retrata o Brasil nas primeiras décadas do século XX, situando-o no mundo pós-guerra, quando a economia industrial se expande e a urbanização se acelera. Estuda um momento complexo, com o propósito de entender como, neste contexto de mudança, se constitui o novo sistema de gênero. O período de estudo (1914-1940) é marcado por alterações nas relações de trabalho, na educação e na própria família. E como se encontram as relações de gênero? Para responder esta questão, a autora recostura textos históricos, fazendo emergir a história das mulheres no período de modernização.

Susan Besse analisa ideologias de gênero em mudança, partindo das classes urbanas média e alta do Rio de Janeiro e de São Paulo.

---

<sup>6</sup> Mestre em Sociologia e Doutora em Educação, Professora da Universidade Federal do Ceará e Membro da Coordenação da REDOR (Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero) e do NEGIF (Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Gênero Idade e Família).

O texto é composto de sete capítulos agrupados, pela própria autora, em três partes. Na primeira parte do livro, a autora apresenta o modo como o antigo sistema de gênero começa a desabar. Este momento de difusão dos valores burgueses e de ascensão da economia industrial leva a um desgaste na base material do poder patriarcal. A família patriarcal extensa é substituída pela família nuclear burguesa urbana.

A autora descreve rotinas diárias, no período de rápidas transformações que marcam a entrada do Brasil na era industrial moderna, e a forma como as classes média e alta foram atingidas.

Ela chama atenção para o tratamento dado às questões da mulher no começo do século XX:

- A imprensa se volta para questões das mulheres, transformando-as em sujeito e objeto de notícia (ora como escritoras, ora como temas de matéria, ora como garotas- propaganda).
- A literatura discute o novo papel da mulher moderna, tentando definir um modelo.
- Os sindicatos reivindicam leis protetoras para a mulher trabalhadora.
- As feministas pressionam para ter o voto feminino.
- A Igreja se preocupa com a redefinição dos papéis de gênero e a crise da família.
- Alguns intelectuais e políticos alertam sobre o risco da anarquia.
- Os meios de comunicação se expandem. O cinema se multiplica, os aparelhos de rádio se popularizam, o número de jornais e revistas cresce.

Esses dados são apresentados pela autora para mostrar a difusão dos novos valores, cujo alvo era a mulher.

O interessante nesta primeira parte do livro está, de fato, não no relato de importantes fatos históricos, mas no modo como relata a participação das mulheres, e no ponto a partir do qual a autora centra a problemática. A partir daí ela inicia a segunda parte do livro, centrada na reconstrução da família. Depois da depressão mundial, queda da oligarquia cafeeira do Brasil, uma coligação entre oligarquia rural, setores médios urbanos, intelectuais, nacionalistas e jovens militares levam Getúlio Vargas ao poder. Seu programa de modernização ratifica a família como base da sociedade e da organização política. Instaura-se uma nova ordem.

A intervenção de Vargas incide diretamente na modernização da família: renovação do casamento e atualização da educação dos filhos.

Nesse período, o feminismo tem um papel fundamental, questiona as ações dos homens no casamento e o aprisionamento da vida das mulheres casadas.

Os pontos que Susan aborda sobre as reações à reformulação do casamento são interessantes. Diz a autora que os políticos reformadores querem um casamento mais funcional, em nome da civilização e do progresso. A literatura normativa enaltece as mulheres como formadoras da sociedade, diretoras do lar. O casamento é recomendado até para garantir longevidade, saúde, estabilidade.

Para acalmar os conflitos gerados em torno do casamento, membros do governo, profissionais liberais, a Igreja e a burguesia industrial unem-se para pensar soluções.

O Estado intervém, controla o emprego feminino, adota sanções penais para o divórcio, adultério e abandono do lar. A igreja cria programas assistenciais para ocupar mulheres de classe média e alta - a caridade como ofício.

Na terceira parte o livro, a autora se debruça sobre a reformulação do sistema de gênero, revisita o mundo da educação, do trabalho e, finalmente, o mundo da política.

**Educação** - Desde o final do século XIX os intelectuais discutem em teses, teorias filosóficas e científicas, a importância da competência das mulheres no desempenho do papel de esposa e mãe para o progresso do País. No início do século XX, com o acelerado processo de urbanização e industrialização, a educação feminina tem o objetivo de treinar mão-de-obra, disciplinar moralmente e, ainda, prepara para casamento e maternidade. Enquanto isso, as feministas reivindicam emancipação intelectual.

**Trabalho** - Na década de 1910, a desvalorização econômica do trabalho doméstico, as críticas severas à ociosidade, o incentivo ao consumo, a expansão do setor de serviços e a vontade de adquirir independência econômica, levam as mulheres de classe alta e média a lutar pelo trabalho assalariado, porém em trabalhos compatíveis com o sexo.

Novos padrões de emprego se adequam ao perfil feminino, tais como paciência, tolerância, rotina, concentração no trabalho, pouca ambição no salário. Contudo o ingresso da mulher de classe média no mercado de trabalho coloca em risco o modelo de família burguesa. Da mesma forma, no caso das operárias, os conservadores criticam a saída das mulheres de casa, pois elas, com isso, expõem a saúde dos filhos e a estabilidade da família. A grande questão colocada é como conciliar casa, filhos e trabalho extralhar.

Para as feministas, o trabalho se constitui na verdadeira emancipação, e dessa forma, várias medidas são tomadas pelo Estado e pela Igreja no sentido de preservar a família com leis protetoras da maternidade e com o incentivo ao trabalho voluntário.

**Política** - Desvendando o passado, revisitando o movimento feminista, percorrendo trilhas de diferentes grupos de mulheres, a autora mostra a luta das mulheres nesse período, muito além do sufrágio. Não se trata de um relato de conquistas, mas de entender alianças, e de conexões na luta de diferentes grupos de mulheres.

Através da luta de Bertha Lutz, Patrícia Galvão (Pagu) e Maria Lacerda de Moura, a autora recupera os feminismos daquela época. Vale a pena citar, algumas ações de Bertha Lutz e do feminismo organizado: dar visibilidade à luta das mulheres, organizar associações de mulheres; viabilizar a eleição de uma deputada feminista (Bertha Lutz-1936) e criar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922, com o objetivo de promover a educação feminina, conquistar direitos civis e políticos e lutar por garantias legais para o trabalho feminino.

No que se refere a Patrícia Galvão (Pagu) e Maria Lacerda de Moura, a autora coloca muito bem, através dessas duas mulheres, uma outra forma de pensar a questão da mulher na mesma época. As duas criam, com Bertha Lutz, o movimento feminista, mas depois, percebem que a conquista de direitos jurídicos e políticos é apenas privilégio de algumas mulheres, e por isso saem do movimento. O contato com ideologias de esquerda, e com o proletariado urbano reafirma seus questionamentos sobre o feminismo conciliador que haviam construído. Elas vão mais além, criticam a educação feminina, a religião e o casamento como formas de aprisionamento e alienação. E ainda chegam à conclusão de que o partido político também não consegue absorver as grandes questões das mulheres.

Sob muitos aspectos, “Modernizando a Desigualdade” é um livro notável, mas principalmente quando propõe analisar o feminismo nas primeiras décadas do século XX. Para a autora, a participação política das mulheres, não se resumiu ao sufrágio, mesmo reconhecendo que o *sufrágio marcou o ingresso formal das mulheres na vida política*.

Além dos feminismos, Susan analisa ainda o antifeminismo. Este último, respaldado por políticos conservadores que tentam a todo custo justificar com teorias científicas e morais que a mulher no espaço público é uma verdadeira violação à natureza feminina. Tem também o apoio da imprensa popular que banaliza e distorce o feminismo.

A autora conclui que o governo Vargas, desde 1930 até o Estado Novo (1937 – 1945), incide diretamente na redefinição do sistema de gênero, por ser um projeto ideológico central no seu projeto político.



Para Vargas, a estabilidade social era também conciliar a mão de obra feminina com a tarefa de reprodução social. Dessa forma, ele intervém nos currículos educacionais, nas oportunidades de emprego, nas responsabilidades familiares e, até mesmo, no comportamento sexual.

Estes fatos significam, como nos diz Susan, que a *ideologia de gênero no Brasil modernizou-se para conciliar novas necessidades e oportunidades e, ao mesmo tempo, preservar a desigualdade de gênero, julgada necessária para garantir a ordem e o progresso da sociedade ainda hierárquica do Brasil.*

Ao final da leitura, algumas questões se impõem : Até que ponto a luta das mulheres do início do século XX foi conquista de direitos, ou instrumento de dominação masculina? Quem foi verdadeiramente beneficiado com as mudanças no sistema de gênero?

Ao mesmo tempo em que o Estado modernizante mascara as desigualdades de gênero, as feministas podem ter tido uma prática revolucionária com relação às questões de gênero? É possível as feministas terem momentos alternados: ora serem modelizadas pelo novo sistema de gênero em construção, ora serem construtoras do seu próprio devir feminino?

\*\*\*\*\*

## **NOVOS PARADIGMAS PARA A SOCIOLOGIA: DERROCADA DO SOCIAL E SURGIMENTO DO CULTURAL**

Resenha do livro de TOURAINE, Alain. *Um Novo Paradigma para Compreender o Mundo de Hoje*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006, 264p.

Francisco Alencar Mota<sup>7</sup>

O termo “paradigma” evoca de imediato a idéia de “referência”, “fundamentos”, “pressupostos”. “Novos paradigmas”, por conseguinte, implica transição ou mudança de referências, de fundamentos ou pressupostos, tendo sido essas representações que conferiram à Sociologia, por ocasião do seu surgimento (e de certa forma, até hoje), enquanto ciência, um sentido, sua legitimidade. Paradoxalmente, e Touraine atestará isso, temos dificuldades com

---

<sup>7</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) Sobral, CE.

mudanças a despeito da centralidade desse sentido na Sociologia. Tendemos sempre a identificar mudanças com “catástrofes”, e vale aqui, a seguinte assertiva: “O fim de um mundo não é o fim do mundo” (p.11). Mas as catástrofes existem, simplesmente porque sempre existiram!

Em “*Um Novo Paradigma Para Compreender o Mundo de Hoje*,” Alain Touraine proporá a seguinte tese fundamental: as mudanças profundas que vivemos atualmente atestam uma “decomposição” da sociedade, uma “dissociação”, caracterizada pelo declínio do social como forma de explicar os novos desafios, marcados, sobretudo pela violência, crueldade, autoritarismo e pela guerra. Se historicamente o paradigma social substituiu o “político”, vivemos agora o predomínio do “paradigma cultural”, definido, sobretudo, por novas formas de reivindicação de direitos sociais pelos “movimentos culturais”, transformados em “sujeitos pessoais” (ao invés de sujeitos sociais), e por novas formas de organização “neocomunitárias”. A crise das instituições sociais e políticas ressignificaram as formas de sociabilidade, desta vez, sob o primado mesmo do individualismo, como nova concepção de vida política. Emerge, portanto, o “sujeito pessoal” e o correspondente individualismo como princípio moral, na tentativa de responder defensivamente à violência decorrente da desintegração do social.

Na base dessas mudanças e, conseqüentemente, da decomposição da sociedade, acima referida, está o processo de globalização, enquanto ampliação dos intercâmbios internacionais (mundialização dos intercâmbios), definido pela perda da centralidade do Estado na vida econômica, ou, de outra forma, eliminação de todas as formas de regulação política e social da atividade econômica, destacando-se os seguintes fatores, quer como causas e/ou conseqüências desse processo: a mundialização dos mercados, crescimento das empresas transnacionais, organização em redes dos sistemas financeiros mundiais, surgimento de novos atores econômicos (Bancos Internacionais, FMI e OMC), advento da sociedade da informação, sociedade de massa, perda de sentido das classes sociais, crise do sindicalismo, etc. Impõe-se à acumulação uma lógica não mais social. Em outras palavras, e aqui temos a principal tese do autor, presenciamos uma *“dissociação entre os mecanismos econômicos, que funcionam em nível mundial, e as organizações políticas, sociais e culturais que só agem em escala mais reduzida, perdendo toda capacidade de interação com o nível mundial”* (p. 31). Para Touraine, a globalização significa não o advento de uma nova forma de sociedade (pós-industrial, pós-capitalista, pós-moderna), como alguns defendem, a despeito da supremacia do capital especulativo sobre o capital industrial, mas a consolidação do próprio capitalismo através de mudanças no modo de gestão da mudança histórica, processo este que corroborou para a decomposição e dissociação da sociedade.

Mas o que significa mesmo essa “decomposição” e “dissociação” da sociedade, ou, como propõe o próprio título do capítulo IV do livro – “O Fim das Sociedades”? Em termos gerais, trata-se do fim de uma determinada forma de representação da sociedade – “*uma representação propriamente social da sociedade*” (p. 55), que emergiu no interior da ordem socioeconômica industrial, enquanto uma vasta unidade histórica de aproximadamente quatro séculos de existência, tendo por cenário a Europa Ocidental. Tal representação levou a que se pensasse a vida coletiva em todos os sentidos (política, economia, a arte) sobre bases sistêmicas que delimitassem os espaços de atuação dos sujeitos e atores sociais nesse parâmetro, tendo tal “modelo” de paradigma sido patrocinado pelas próprias ciências sociais (leia-se Sociologia), daí constituir-se num grande desafio para esta disciplina, hoje, “afastar-se” da herança fundada no “realismo social” (Durkheim, Parsons e até os dias de hoje), trocando a sociologia dos sistemas por uma nova sociologia que repensasse a atuação dos sujeitos para além dos limites sistêmicos, como forma de responder aos imperativos de um novo contexto histórico marcado, sobretudo, pela violência e pela guerra, destruidores dos laços sociais.

O que estamos vivendo não é portanto a ruína de um castelo de areia, é o esgotamento da política social centrada na sociedade, nas suas funções e em sua integração. Já estamos todos empenhados na passagem de uma sociedade fundada sobre ela mesma à produção de si pelos indivíduos, com a ajuda de instituições transformadas. É isto que significa este *fim social* de que estou falando aqui... (p.81)

O que estamos vivendo é a destruição da sociedade, ou seja, da visão social da vida social, do conjunto das categorias nas quais estamos vivendo como numa armadura há mais de um século. (p.91)

Vivemos, portanto, uma “ruptura do laço social”, atestado pela crise, principalmente de solidão (e ainda, depressão, perda de sentido e de identidade), conseqüência da desestruturação das formas de socialização decorrente desse período, e que atinge os laços sociais mais próximos, tais como os grupos de proximidade, a família, os companheiros, o meio escolar e profissional, mas também os próprios movimentos sociais, tendo estes últimos sofrido um enfraquecimento nos últimos tempos.

No entanto, isso não significa o fim de nossa potencialidade criativa quanto à construção de um novo sujeito (ou novos sujeitos), novos objetivos. Neste sentido, Touraine criticará tanto o pessimismo daqueles cuja análise sociológica se limitará apenas em descrever as ruínas, como também aqueles para quem só resta o estudo mais positivo de problemas concretos (as negociações coletivas, os conflitos, elaborações de políticas públicas, etc.). Até mesmo porque o

“indivíduo” não constitui necessariamente um mal em si mesmo. É necessário distinguir o “indivíduo” criado pela propaganda e pela publicidade, criticado pelo seu egoísmo e ausência de sentido histórico, do “indivíduo”, como portador de uma missão histórica, o “sujeito” que encarnará em si a luta contra a sociedade de massa, a impessoalidade dos mercados e a violência da guerra (o individualismo libertador). No mínimo, estamos perante o seguinte desafio: *de como defender e fazer crescer a liberdade criadora do sujeito contra as ondas de violência, de imprevisibilidade e de arbitrariedade que cobrem cada vez mais o espaço social?* (p.84)

Tal é o principal desafio que se impõe à crise e ao enfraquecimento da modernidade, sustentada pela idéia de sociedade. Vale lembrar a insistência de Touraine quanto a apostar na modernidade, pois sua crise é a crise do modelo que a caracterizou por muito tempo, mas que agora caducara, tornara-se anacrônico. Sendo assim, não é a idéia de modernidade em si que se rejeita, mas sua associação ao paradigma da sociedade, impondo-se o resgate do que é o seu principal fundamento, o bem supremo: a liberdade criadora de cada um, de cada indivíduo. Sendo assim, impõe-se à modernidade *“reconstruir instituições que não estarão mais a serviço da sociedade, rebatizada como “interesse geral” ou “bem comum”, mas a serviço da liberdade criadora de cada indivíduo”*. (p.93)

Sob essa perspectiva, a decomposição da sociedade só é catastrófica para nós, se abdicarmos de pensar o indivíduo na condição de “sujeito”, portador de uma missão histórica: *a afirmação da dignidade de cada ser humano e o respeito que ele merece* (p.102), conteúdo este que contradiz a procura pelo lucro, pelo poder e pela glória. A afirmação do indivíduo somente se legitima enquanto associada à idéia de “sujeito”, que se impõe como um “direito” – o direito de ser sujeito, que implica, por sua vez, *“no direito que cada um tem de participar da atividade econômica conciliando-a com o exercício de seus direitos culturais, no quadro do reconhecimento dos outros também como sujeitos”*. (p.114). A transformação do indivíduo em sujeito implica uma luta contra todo autoritarismo, ignorância e isolamento, daí tal condição de ser sujeito implicar para o indivíduo uma permanente tensão entre a afirmação da dignidade humana e os valores da guerra e da violência.

Estas duas noções – a de “sujeito” e a de “direitos” (“direitos culturais”), com as quais Touraine se ocupará na segunda e última parte do livro, constituem, segundo ele próprio, as duas noções que estão no centro do novo paradigma. O “sujeito” não se confunde necessariamente com a noção de “indivíduo”, ainda que esse sujeito seja individual. Vale dizer que o sujeito não é qualquer indivíduo. Difere de um indivíduo “fragilizado”, aquele que não encontra a garantia de sua identidade em si mesmo, aquele que é dirigido por aquilo que escapa à sua consciência, o indivíduo religioso: *“onde o mundo dos deuses domina os homens não há lugar para o sujeito”*

(p.165). O sujeito, ao contrário, encontra sua caracterização e sentido em ser ele mesmo, em meio a uma situação de tensão, de conflito, de resistência ao mundo impessoal do consumo, da violência e da guerra. “Resistência”, “combate” e “liberdade” são imagens que Touraine compartilha lembrando para ilustrar a idéia de “sujeito”. “*Não há sujeito senão rebelde, dividido entre a raiva e a esperança*” (p.119). É isso que Touraine vai chamar de o “*duplo dentro de nós mesmos*” (p.124). A injustiça, as desigualdades, os autoritarismos e a arbitrariedade, onde quer que se manifestem, e se manifestam na atualidade de formas cada vez menos sociais, são sempre situações que evocam a figura do sujeito, o lugar de sua atuação no sentido de afirmar a si mesmo, em termos de resistência, luta, indignação.

Touraine proporá três critérios para o reconhecimento e caracterização do sujeito. Primeiro, a afirmação de sua individualidade (não a individualidade fragilizada), em contrapartida a princípios universalistas; segundo, em situação de conflito contra forças que lhe negam o direito e a possibilidade de agir enquanto sujeito; e terceiro, ao propor uma determinada concepção de indivíduo (sujeito pessoal, contra o sujeito social). Sob essas características, o sujeito se afirma em igual importância que a própria História, ainda que enquanto “sujeito pessoal”, ao invés de “sujeito histórico”.

Touraine proporá, segundo suas próprias expressões, uma “sociologia do sujeito”, que define o “sujeito” a meio caminho do individualismo extremado e do comunitarismo ainda mais perigoso. Em outras palavras, trata-se de uma sociologia do sujeito, que repousa sobre uma concepção de “indivíduo” (ou individualismo), em que o “eu” torna-se reconhecido pelo “outro”, como sujeitos, num determinado contexto social e político; ou ainda, em que o “eu” se torna reconhecido pelo “outro”, como consequência de processos de identificação, internalização, que propiciam os laços sociais positivos. Touraine reconhece a herança e influência da teoria do *Self*, de Mead, quanto ao conceito e processos da individuação. Aliás, Touraine confessa preferir o termo “*subjetivação*” para definir o processo de construção do indivíduo (ou grupo) de si mesmo como sujeito. (p.166)

A sociologia do sujeito, de Touraine, desembocará numa nova concepção de democracia, desta vez não mais ancorada na afirmação da igualdade, na participação de todos na sociedade criada pela vontade de todos, ou ainda, na reciprocidade entre o indivíduo e a coletividade, como em Rousseau, mas que prioriza a responsabilidade e singularidade de cada indivíduo como sujeito que se reconhece reconhecendo os demais, condição propiciadora de um espaço de liberdade e criatividade, contrário a qualquer forma de dominação e violência.

Ao optar pelo tema “direitos culturais” e não outros, como “cidadania”, “direitos sociais”, “direitos políticos” etc., o autor esclarece tal decisão: é que o tema evoca diretamente sua teoria do sujeito, ao passo que os demais o colocariam ainda em continuidade com as teorias sistêmicas na Sociologia, com cujo paradigma procura romper, daí referir-se, a partir de agora às “minorias, de direitos culturais”, ao invés dos grupos definidos em termos de políticos, de nacionalidade, etc. A seguinte frase nos dá de imediato a perspectiva do autor: “*estamos vivendo o enfraquecimento das comunidades nacionais e o reforço das comunidades étnicas*” (p. 169) Uma outra somente vem a reforçar: “*é no campo cultural que se armam os principais conflitos e as reivindicações onde os interesses em jogo são mais pesados*” (p.170).

A independência que o termo “direitos culturais” adquire em relação ao de “direitos políticos”, “direitos sociais”, etc., está em que se trata de compreender as carências particulares (individualizadas), expressadas pelas minorias que não as viram realizadas quando das conquistas dos direitos oriundos da “democracia política”. Enquanto estes últimos visavam e corroboraram uma unidade indiferenciada sob a perspectiva da cidadania, trata-se agora do “direito pela diferença”<sup>8</sup>, ou como o próprio autor expressou: “*trata-se aqui, na verdade, não mais do direito de ser como os outros, mas de ser o outro*” (p.171).

Em torno dos “direitos culturais”, a força mobilizadora tem adquirido não somente maior expressividade, mas também significado e concretude, posto que eles revelam carências concretas e cotidianas de reconhecimento pessoal e comunitário, não contempladas por outros tipos de lutas e mobilizações sob a perspectiva dos “direitos políticos” ou de “cidadania”. Neste sentido, Touraine vai destacar, sob o tema dos “movimentos sociais”, as seguintes principais categorias de sujeitos integrados nesses movimentos que correspondem ao paradigma dos “direitos culturais”: as mulheres, ao qual é dado um destaque especial; os homossexuais; as minorias étnicas e religiosas, dentre outros, que descentrarão as categorias sob bases tradicionais (políticas, econômicas) que floresceram, antes de mais nada, ao longo da ordem econômica industrial. Ressaltará, no entanto, e de forma crítica, a problemática em torno da definição de “movimentos sociais”, surgida sob o contexto histórico acima referido, propondo a definição de “movimentos culturais” como mais adequado ao novo contexto histórico.

Esta obra de Touraine é desafiadora para nós e para a própria Sociologia. É impossível lê-la sem nos colocarmos em momento de reflexão e auto-reflexão, sobretudo acerca do que há muito aprendemos, acreditamos e ensinamos aos nossos alunos. É preciso lê-la sem dogmatismos, com o coração e a mente abertos para lidarmos com novas categorias, novas abordagens, além da

---

<sup>8</sup> O autor usa essa expressão (“direito à diferença”) alertando igualmente para os riscos teóricos decorrentes (ver pág. 171).

interface com outras disciplinas, dentre estas a Psicologia social, a Psicanálise, que Touraine não hesita em esconder.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

TOURAINÉ, Alain. *Um Novo Paradigma para Compreender o Mundo de Hoje*, Petrópolis, Vozes, 2006.

\*\*\*\*\*

## OS MÚLTIPLOS CAMINHOS DO PENSAMENTO DE FOUCAULT

Resenha do livro de SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César e MISKOLCI, Richard (org.). **O Legado de Foucault**. São Paulo: FAPESP e Editora UNESP, 2006, 300p.

Luciane Cristina de Oliveira<sup>9</sup>

Entre tantas obras que apresentam a maestria foucaultiana, *O Legado de Foucault* traz uma característica especial, apresentando, de forma sistemática, alguns dos diversos caminhos possíveis do pensamento do autor, fato que facilita a pesquisa de quem está sendo apresentado ao autor. Em seis tópicos, os pesquisadores e as pesquisadoras discutem os vários ‘andaimes’, proporcionados por Foucault para a continuidade de suas investigações científicas, deste modo evidenciando as brechas que existem na sociedade e algumas das várias possibilidades investigativas.

Segundo o historiador Philippe Artières, um dos autores dos textos que compõe a obra, Foucault em seu trabalho não teve a pretensão de estabelecer uma escola em torno de seu pensamento, mas esperava que seus arquivos pudessem ter diversos usos e leituras e que as pessoas que os lessem pudessem criar idéias. Ou seja, Foucault procurava estimular as pessoas a pensarem, e foi exatamente isso o que aconteceu, seus pensamentos emergem nas mais diferentes linhas de pesquisa.

No capítulo *Engajamentos e Resistências*, o professor e ensaísta, José Carlos Bruni (USP/Unesp) e o professor Marcos César Alvarez (USP) discutem a relação estabelecida por Foucault entre teoria e prática. Bruni trabalha sobre a polêmica foucaultiana de que o homem não

---

<sup>9</sup> Doutoranda em Sociologia, pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (Universidade Estadual Paulista) e bolsista CNPq.

é um ser concreto, mas apenas uma figura do saber contemporâneo. Deste modo, é proposta a ‘morte do homem’, como condição de uma retomada do modo de pensar e do saber. Ao invés de se preocupar com o sujeito, o autor nos mostra Foucault interessado com o processo de sujeição e os obstáculos impostos na formação desse sujeito, além de analisar qual é o modelo de Homem aceito pela sociedade e competente para excluir o Outro - um sujeito sem voz, que vive nos extremos da exclusão em manicômios ou prisões, locais que promovem o silêncio dos sujeitos excluídos pela sociedade.

Alvarez apresenta Foucault como um típico genealogista que critica a sociedade ao demonstrar minuciosamente as formas capilares de exercício de poder, além de deixar em suas demonstrações caminhos abertos a serem traçados para novas reflexões, ou seja, há um convite em suas obras para que os indivíduos e pesquisadores formem novas experiências históricas. O pensamento foucaultiano demonstra a relação que a sociedade moderna estabelece com o Outro e como se funda a correção deste através da imposição de normas e castigos, com o objetivo da produção de corpos dóceis.

As idéias de Foucault, apesar de causarem certas divergências entre as feministas, foram frutíferas para a defesa das mulheres, como foi demonstrado em *Feminismos*. A historiadora, Michelle Perrot, atenta à questão dos micropoderes, desenvolve a argumentação sobre o biopoder, apreciando a missão que a sociedade estabeleceu para mulheres, isto é, a de serem mães. No entanto, ressalta que, através disso, as mulheres perdem o direito de domínio sobre o corpo, como mostra a dissimetria de poderes entre homens e mulheres, sendo eles os dominadores, que usam o corpo feminino para o prazer e a procriação. A historiadora demonstra à premissa foucaultiana, a ausência de normas entre os indivíduos: *Não há mais ‘norma’ de conduta das mulheres: a maternidade não constitui a imutável missão delas* (p.78). Este foi um pensamento que possibilitou a reescrita da história das mulheres na sociedade.

A socióloga Lucila Scavone (UNESP) prossegue esta discussão e demonstra que, a partir dos anos 70, emerge uma nova forma de pensar as relações de poder entre homens e mulheres, afinada com a noção foucaultiana. A professora descreve que Foucault resgatou a origem da monogamia heterossexual que hoje é posta como ‘norma’ na sociedade e é responsável pelas práticas de poder inscritas no corpo e na sexualidade dos indivíduos. Nasce um período de intensificação do debate sobre o aborto, ou seja, as mulheres passam a construir seus destinos e ter domínio sobre eles, adquirir um poder de escolha da sina de seus corpos. Como evidencia a autora, para Foucault *o poder não opera em um só lugar, mas em lugares múltiplos: a família, vida sexual...* (p.88), e a obtenção do governo do corpo é uma conquista feminina.



Margareth Rago (Unicamp) expõe sobre outra forma de domínio masculino, não apenas sobre a via mulher/mãe, mas sobre a questão moral envolvendo a sexualidade, na inferioridade biológica das mulheres, imposta pela sociedade ao classificá-las como ‘mulheres honestas’ ou ‘públicas’, sendo o determinante a forma como elas lidam com a sexualidade. A autora conta o percurso foucaultiano para expor a crítica à moral burguesa, que busca construir um corpo que se submete às exigências disciplinares e ao ritmo de produção, com a intenção de formar corpos dóceis, enquanto num resgate da Antiguidade, Foucault se depara com relações bem diferenciadas, que valorizam a individualidade do sujeito.

Tânia Navarro Swain, historiadora da UnB, em seu artigo, escreve sobre o olhar da sociedade quanto à questão dos gêneros e observa que o referente ainda é o masculino, mesmo com Foucault evidenciando os marcos de perspectivas de pensamento e de como se faz a História, ainda assim a construção do mundo sob o ponto de vista dos homens é vista como natural e correta. Dentro das pesquisas foucaultianas, a grande contribuição foi evidenciar que a educação, a política, os discursos diários são os grandes responsáveis pela manutenção dos saberes e poderes masculinos, e conclui que *ignorar a produção feminista do saber é tentar manter uma ordem discursiva androcêntrica*. (p.129).

*Amizade, Corpo e Estética da Existência* é mais um dos andaimes foucaultianos. A questão da amizade entre os homens, segundo Hélio Rebello Cardoso Jr. (UNESP), é trabalhada inicialmente sobre a questão da iniciação sexual masculina na Grécia antiga, a qual foi realizada por homens mais velhos com efebos, sendo que estes não se adaptaram à sujeição do homem maduro para a satisfação do prazer e do poder. Richard Miskolci (UFSCar), em sua contribuição, realiza um paralelo entre Wilde e Foucault sob o ponto de vista da opção sexual de ambos, a homossexualidade e os problemas que esta causou em suas vidas, tendo sido Wilde condenado apenas por amar um homem, e Foucault por assumir a opção homossexual. Miskolci pondera que a sociedade não aceitava, e ainda não aceita, a amizade entre dois homens, havendo o temor de que eles não cumpram a obrigação social de se casarem e procriarem. Na opinião de Foucault *a homossexualidade é uma experiência, um processo aberto à transformação, um estilo de vida que vai muito além do ato sexual* (p.172).

Para completar esse tema, Carlos José Martins (Unesp/Rio Claro) discute o corpo como uma construção social que impõe disciplina para que os corpos se tornem dóceis. Sobre este ponto, ele trabalha, entre outros assuntos, o poder pastoral, sendo este poder religioso um tema quase constante na tríade da *História da Sexualidade* – escrita por Foucault. Esse poder busca exaustivamente o controle do indivíduo através do exame da consciência e da confissão exaustiva.

O sociólogo Sérgio Adorno (USP) inicia a discussão sobre *Direito, Violência e Controle Social*. É revelado como a avaliação do criminoso se transforma através da História. Se, de início, ele era considerado um pecador, e a Igreja o condenava, na sociedade secular, o poder de julgá-lo é da justiça. Esta exerce um controle ortopédico da sociedade, ou seja, é exercido um poder corretivo sobre o indivíduo, através de disciplinas que estabelecem a meta de adquirir o controle dos corpos. Andrei Koerner (Unicamp) prossegue esta discussão, mas sobre o poder na máquina pública, a forma como o governo, o mantenedor da segurança, utiliza-se do poder quanto às questões coletivas.

Luís Antônio de Souza (Unesp/Marília) finaliza o capítulo ao demonstrar como as novas formas de controle social agem sobre o indivíduo, nas quais eles passam a não fazer parte de uma ‘massa’, mas são diferenciados através de senhas, códigos de acesso que os distingam, não importando quem utiliza esta forma de identificação, mas apenas a checagem dos códigos, porém, nas questões que envolvem punição, *o saber disciplinar-punitivo ainda reside igualmente na observação do corpo condenado e numa infinita maquinaria de observação e controle* (p.256).

Este livro não podia deixar esquecido os *Percursos Filosóficos* de Foucault. O filósofo Marcos Nalli (Unesp/PR) examina a *História da Loucura*, tese de doutoramento de Foucault, na qual é trabalhada uma arqueologia de saberes, ou uma arqueologia de uma alienação, na qual o louco é um sujeito e não, um debilitado, *é alguém que constrói um mundo que faz sentido* (p.270). Foucault, nessa tese perpassa três períodos históricos, com o objetivo de mostrar como o louco sai da condição de amaldiçoado para um desviante, e culmina sua transformação num doente mental.

Ricardo Monteagudo (Unesp/Marília) finaliza com seu texto sobre *As palavras e as coisas*, no qual é trabalhada a questão retórica, pois *as coisas são designadas pelas palavras, e são as palavras que vão nos ensinar a respeito* (p.286). Quem fala em palavras, fala em retórica, e Foucault em seu livro, como expõe Monteagudo, serve-se de autores menores, que não se tornaram referências por não pensarem da forma considerada universal. O professor também contesta alguns pensamentos foucaultianos, ao analisar a conversão deste ao anti-hegelianismo e como essas conseqüências emergiram em seu trabalho posterior, quando há a busca em ressaltar as intersubjetividades características de cada grupo, rejeitando as intersubjetividades da Justiça, o que pode acarretar a uma possível convivência com a injustiça.

*O Legado de Foucault* é uma obra que se originou a partir de evento em homenagem aos 20 anos da morte de Michel Foucault, na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista. Nessa ocasião, o meio acadêmico teve a oportunidade de presenciar um debate profícuo sobre a diversidade de interpretações da obra foucaultiana. A

leitura desta obra possibilita abrir novas questões nas visões acadêmicas cristalizadas, uma vez que, numa mesma arquitetura de idéias, foi possível reunir diversas formas de pensamento que possibilitam o desvendamento de novas brechas na sociedade, e essa foi a semente que o autor almejou com sua obra, nada finito, delimitado, estipulado, mas algo possível de novas análises, enfim, outras formas de os sujeitos se pensarem e pensarem a sociedade na qual são submetidos. Foucault nunca teve a pretensão de formar uma escola foucaultiana, pelo contrário, quis estimular as pessoas a pensarem.

\*\*\*\*\*

## **O DNA FRANCÊS: BISSOCIALIDADE E POLITIZAÇÃO DA VIDA**

Resenha do livro de RABINOW, Paul. *French Dna: Trouble In Purgatory*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1999, 201p.

Messias Moreira Basques Jr <sup>10</sup>

Nas primeiras páginas de *French DNA: trouble in purgatory* (1999), Paul Rabinow nos diz que este é um livro sobre uma zona heterogênea na qual genômica, bioética, grupos de pacientes, capital de risco, nações e Estados se encontram. Já na epígrafe do primeiro capítulo há uma menção a Max Weber, que, em *Religious reflections of the world and their directions* (1946), identificou o capitalismo moderno e as inovações científicas como vetores da corrosão generalizada da solidariedade humana. Ao longo do livro, Rabinow tentará demonstrar,

um variante francês de outro modo de subjetivação (e seus descontentes)...  
O caso francês em questão valoriza a “benevolência” como uma virtude e instrumento através da qual tanto capitalismo quanto a ciência podem ser colocados a serviço da solidariedade. (Rabinow, 1999, p.9)

O autor adverte, pouco depois, que técnicas disciplinares de individualização e regulação não serão centrais em sua exposição. Reconhece também sua inspiração no trabalho de Agnes Heller & Ferenc Fehér (1995) no que tange ao uso do conceito de “espírito”, que o ajudará a

---

<sup>10</sup> Graduado em Ciências Sociais e bolsista de Iniciação Científica CNPq.

situar o caso em questão no modelo analítico da biossocialidade. A propósito do sentido deste conceito, Heller & Fehér argumentam que, a partir do momento em que a ciência moderna passou a questionar a alma cristã, passou do mesmo modo a necessitar de outra forma de entender o corpo. Logo, enquanto estes autores acreditam que o elemento “espiritual” seja uma solução moderna para a questão que confronta a relação entre corpo e alma, Rabinow argumentará que o que se nos apresenta é menos uma questão de “crença” ou mudança epocal do que uma alteração basilar de toda uma série de elementos (alguns novos, outros não) e sua configuração na prática.

Rabinow ressalva que, no domínio da bioética, o que está em pauta é a própria noção de humanidade, não num sentido material, mas precisamente num sentido “espiritual”. Do mesmo modo, o que estaria em “crise” seria a noção de “dignidade”, o símbolo que permeia a Declaração Universal dos Direitos do Homem como uma espécie de antídoto a qualquer futura tentativa de reaparição de Auschwitz. O que estaria na hora do dia atualmente não seria nem os corpos dóceis nem as *almas condenadas* (ainda que tais questões não tenham deixado de existir). O que está em jogo, prossegue o autor, são as conseqüências do processo de reconfiguração no qual vivemos, no qual se dá a fusão de saúde e identidade, riqueza e soberania, conhecimento e valor. Por conseguinte, estamos também às voltas e imbricados com o processo que põe em evidência o modo pelo qual as tecnologias estão afetando-nos (social e corporalmente). Em suma, estamos sendo confrontados com as seguintes questões: que formas estão surgindo? Quais práticas lhes são correlatas? Que direção estão tomando as disputas políticas? Qual o espaço ocupado pela ética atualmente?

É incontestável que mudanças profundas estão ocorrendo nos âmbitos da compreensão, da manipulação, representação e intervenção nas formas de vida. Mas, para Rabinow, as mudanças colocadas pelas novas tecnologias são apenas parte deste imbróglio. Como o autor tem procurado demonstrar em seus artigos e livros, vislumbramos, há tempo o aparecimento da “biossocialidade” como lócus primário da identidade: *“uma biologização da identidade que não se assemelha às outras categorias preexistentes (como raça e gênero) no que compreendemos como manipulável e passível de aperfeiçoamento.”* (Rabinow, 1999, p.13).

Cabe notar que o conceito de biopoder proposto por Foucault volta a ser central nesta discussão, ainda que Rabinow insista que seja preciso repensar o que podemos caracterizar como *bios* na modernidade. Logo, que os novos conhecimentos sobre genômica implicarão mudanças radicais nos âmbitos social e político já está claro, mas o que ainda está pendente é como as mudanças referidas a *bios* irão interagir com as velhas e as novas relações de poder. Neste livro que precede o artigo *Biopower Today* (2006), Rabinow demonstra que nutria maior afinidade com a obra de Giorgio Agamben, sobretudo quando diz que *“ninguém mais pode aludir ao avanço da*

*biopolítica no ocidente sem recorrer à descrição de Giorgio Agamben sobre a distinção entre bios e zoé. A meu ver, a problematização da vida nua toca num ponto central para a análise aqui empreendida.*” (Rabinow, 1999, p.16). Mas Rabinow já sustentava, nesse seu livro, que a articulação entre bios e zoé, que foi potencializada após a Segunda Guerra Mundial – colocando no centro das preocupações hodiernas a questão da “dignidade” da “pessoa humana” em resposta aos programas de aperfeiçoamento a qualquer preço da raça ou das populações – estaria sendo progressivamente diluída.

Meu argumento é que a identificação do DNA com a “pessoa humana” numa relação de auto-evidência (em que as partes simplesmente tomam o lugar da integridade dos corpos) constitui uma identificação “espiritual”. Relacionar a “pessoa humana” com as partes de seu corpo ou seu DNA é solucionar um problema que se encontrava arredo às nossas tentativas de compreensão. (Rabinow, 1999, p.16).

O autor acredita que suas pesquisas têm confirmado a hipótese de que as práticas e representações da *vida nua* foram alteradas. Isto é, se, antes, a vida humana dispunha de atributos que a singularizavam ante os demais representantes da natureza, com o projeto genoma (humano, animal, vegetal e até mesmo de microorganismos) o DNA foi situado como elemento comum e universal dentre todos os seres vivos. O solo epistemológico que permitiu a elaboração conceitual que estabelece a condição que concerne a *bios* e a *zoé* teria ruído perante as novas descobertas científicas.

Por conseguinte, Rabinow defende que a aliança entre o CEPH (*Centre d’Etude du Polymorphisme Humain*) e a AFM (*Association Française contre les Myopathies*) constituiu uma iniciativa de sucesso, justamente por articular *bios* e *zoé* numa dimensão “genômica”. O autor propugna que a matriz que os uniu foi o anseio de mapear o genoma humano, tendo como foco a descoberta dos genes causadores de doenças. A AFM, como tantas outras associações de pacientes, pode então ser representada na figura dos *les malades*, novo tipo universal de sujeito. Por trás de todos esses elementos, Rabinow ratifica que as pressões desses sujeitos também se relacionavam com argumentos religiosos que configuram, por sua vez, uma espécie de “pressão purgatória”. Purgatória no sentido de que o “parlamento” onde se encontram pacientes, médicos, cientistas, indústrias e Estado exige que as decisões sejam tomadas ante a compreensão de que a urgência e a precaução são imperativos no que tange à aplicação dos conhecimentos disponíveis. Neste momento, os pacientes se apresentam com o argumento (que suas doenças tornam latentes) de que esta pode ser a última oportunidade para que algo seja feito em prol de suas vidas, ao

mesmo tempo em que erros e riscos científicos implicados são julgados sob a égide de que deverão ser sistematicamente evitados e, se possível, extintos.

Ao se referir à gênese desta associação de sucesso denominada AFM, Rabinow salienta que grupos de pacientes costumam ser diminutos e de interesses difusos. Na França, a situação começou a mudar quando entraram em cena os apelos do pai de um menino portador de uma grave distrofia. Este homem, chamado Bernard Barataud, perdeu seu filho após inúmeras tentativas e pedidos de socorro em hospitais, aos melhores médicos e cientistas do próprio governo francês. Em seu livro, *Au nom de nos Enfants* (1992), Barataud faz uma crítica feroz contra o estado de coisas que põe barreiras à descoberta de novos tratamentos e meio-diagnósticos que poderiam, quiçá, ter a faculdade de poupar, e mesmo salvar, as vidas de crianças vitimadas por doenças como aquela que levou seu filho a falecer. Diz Barataud:

Eu não escolhi esta posição. Ela me foi imposta. Porque os órgãos oficiais nos abandonaram, não tivemos outra alternativa. Nós instituímos o Téléthon. Mas sem conhecimento genético avançado não poderíamos fazer muito. Então, criamos o nosso próprio laboratório, o Généthon. (Barataud apud Rabinow, 1999, p.37).

Impulsionado pela sensação cotidiana de dor pela perda de seu filho e falando em nome do sofrimento de tantas outras famílias e grupos de pacientes, Barataud ganhou proeminência e poder no mundo das miopatias. A partir desse momento, ficava claro, para ele e para os pacientes e familiares que o apoiavam, que o único meio de fugir à banalidade do mal causado por essas doenças era depositando todas as suas fichas na ciência, na genômica. A morte de seu filho, bem como a de tantos outros portadores de distrofias, câncer, AIDS, passou a ser não só uma lembrança constante daquilo pelo que eles não querem ser destinados a vivenciar, mas, sobretudo um ponto a partir do qual descobriram uma esperança pela qual lutar. Ainda que, provavelmente, os ganhos de suas lutas somente estejam à disposição das próximas gerações de pacientes.

Ao ser apresentado por um cientista ao gene que causou a morte de seu filho, Barataud disse: “*a origem da doença de Alison [seu filho] está bem a minha frente. Pela primeira vez a besta se tornou visível.*” (Rabinow, 1999, p.37.). Para Barataud e a então nascente AFM, a descoberta do gene causador da distrofia de *Duchene* (responsável pela morte de seu filho) representou algo como uma revolução. Agora sabiam contra quem lutar. Mas, à época, a França ainda não estava pronta para participar deste desafio. O que deixou de ser uma barreira a partir do momento em que a aliança entre o maior centro de estudos de malformações e distrofias genéticas da França (CEPH) e o maior grupo de pacientes, familiares e voluntários engajados em debates científicos pela descoberta de curas e tratamentos (a AFM), tornou-se uma realidade promissora.

Para Rabinow, “o projeto CEPH-AFM trata de uma iniciativa biopolítica, no sentido de que opera em nome da saúde e bem-estar de uma população ou de uma coletividade.” (Rabinow, 1999, p.42). O autor diz que se interessou em estudar a aliança entre CEPH e AFM porque acreditou que algo diferente estava passando-se na França, algo que não poderia ser reduzido *tout court* à história da saúde pública e da ciência. Noutros termos, podemos dizer que interessava a Paul Rabinow o diagnóstico de um problema presente, que facultasse uma genealogia do seu aparecimento, mas que não fosse fundamentado em metateorias sobre a modernidade, oriundas do arcabouço sociológico, histórico ou etnográfico.

O objetivo de Rabinow consistia em identificar as transformações que incidiram sobre a “ação” e as formas de organização contemporâneas. CEPH e AFM, tanto em suas singularidades quanto em sua aliança, realmente inventaram uma nova forma de ação e organização ao redor, e mesmo no interior, do mundo da genômica. Conforme demonstra Rabinow, trata-se da conjunção de uma produtiva e bem-sucedida experimentação tecnocientífica, articulada ao aparecimento das demandas dos grupos de pacientes, por retornos terapêuticos e científicos em troca de seu investimento e por lutas nas campanhas do Téléthon, no consecutivo financiamento do laboratório Généthon (resultado da aliança entre AFM-CEPH) e doação de amostras de sangue com vistas ao mapeamento dos genes responsáveis por suas doenças e distrofias.

Nas palavras do autor,

Daniel Cohen, cientista responsável pelo CEPH, e Bernard Barataud, líder da AFM, são figuras que só se realizam ao se encontrarem. Barataud precisava dos meios mais avançados para desenvolvimento de pesquisas e inovação nas tecnologias dedicadas à vida. Cohen precisava de financiamento e respaldo político frente às intervenções do governo francês e seu comitê de ética, ao mesmo tempo em que suas pesquisas revestiam-se de legitimação social. (Rabinow, 1999, p.175-176).

Rabinow insiste no argumento de que o evento criado pela aliança entre CEPH-AFM demonstrou-se como um caso exemplar em que a genômica dissolveu a articulação prévia entre *bios* e *zoé*, trazendo à tona as amostras genéticas de cromossomos e bancos de dados computadorizados que criam novas relações com as nossas formas de vida e conhecimento.

Caberia aqui dizer que é uma pena que a passagem do tempo nos tolha a possibilidade de conviver com aqueles intelectuais do passado com os quais gostaríamos de dialogar diretamente. Isso porque seria, sem dúvida, salutar um debate sobre a biossocialidade, com autores clássicos como Hannah Arendt. O que ela nos diria ao ver que a atenção da *polis* ora se volta para as

angústias e necessidades vitais de cada um daqueles indivíduos transformados por seus destinos (biológicos) em habitantes cativos das *oikos* contemporâneas?

Talvez a singularidade da aliança entre CEPH-AFM tenha sido a possibilidade de disseminar valores e idéias, representados pelos mais diversos sujeitos e interesses. Conforme a figura “anti-pastoral” desempenhada por Baudelaire (cf. Berman, 1986) perante a modernização que emergia diante dos seus olhos, muitos também têm sido aqueles que se dizem contrários à manipulação da vida. E isto tem ocorrido desde comitês de ética até em movimentos e associações empenhados em fazer valer o princípio “*mais ética, mais limites à ciência*”. Como bem nos mostra Rabinow, as tecnologias que produzem o “espírito” dessas controvérsias são elementos centrais da máquina purgatória. O “espírito” é difuso, devotado para a descoberta do que modifica o estatuto da humanidade e as formas de vida dos seres humanos. A excelente filósofa e professora do Collège de France, Anne Fagot-Largeault, propôs que a ignorância da ética repousa justamente na inobservância de que “*o genoma não é sagrado. O que é sagrado são nossos valores ligados à nossa concepção de humanidade.*” (Fagot-Largeault, 1991).

Contudo, diz o autor, o estudo da produção do “espírito” é somente uma das modalidades existentes no rol do pensamento crítico. O mesmo objeto poderia ser investigado sob outros enfoques. Noutras palavras,

o que cabe ressaltar, todavia, é que, cada vez mais, novas formas de organização coletiva têm surgido, conjugando diferentes atores, interesses, temporalidades, ou mesmo espacialidades, dentro de um novo modo de existência em que a vida encontra-se no centro de nossas preocupações. (Rabinow, 1999, p.180).

À guisa de conclusão, Rabinow aponta para a necessidade de ampliar o campo de estudos da biossocialidade, uma vez que “*French DNA somente vem a acrescentar à narrativa de um dentre os muitos casos existentes no rol dessa recente Epistemikos bios.*” (Rabinow, 1999, p.181).

Um outro exemplo de disputa travada em torno da biossocialidade, que caberá ao leitor o prazer de acompanhar na descrição apurada de Paul Rabinow, diz respeito à polêmica gerada com a notícia de que o CEPH iria juntar-se a uma empresa farmacêutica norte-americana chamada Millenium Pharmaceuticals. A AFM, a mídia, o governo e seu comitê de ética, dentre outros atores, questionaram de forma veemente a possibilidade de que as amostras de sangue contendo informações sobre o DNA de milhares de pessoas portadoras dos mais variados tipos de doenças e miopatias pudesse vir a ser utilizado por uma empresa norte-americana como instrumento



potencializador de futuros lucros, com produtos farmacêuticos derivados do enorme e “valioso” banco de dados do CEPH.

Esta mina de ouro e de polêmica em que se converteu, o banco de dados do CEPH ganhou tais proporções, sobretudo porque os muitos e muitos pacientes da AFM e outras associações se propuseram a doar gratuitamente amostras sanguíneas para testes e pesquisas científicas. Daí em diante, a “benevolência” e esperança que haviam feito com que os pacientes enviassem ao CEPH suas amostras, confrontou-se com um outro resultado que não a solidariedade enunciada no início da exposição de Rabinow. O resultado foi, antes de tudo, a polêmica pública acerca dos riscos que uma aliança Millenium-CEPH representava ao DNA do povo francês, agora elevado à condição de patrimônio nacional.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. (2003). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG.

BARATAUD, Bernard. (1992). *Au nom de nos enfants*. Paris: Edition 1.

BERMAN, Marshall. (1986). *Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo: Cia. das Letras.

FAGOT-LARGEAULT, Anne. (1991). Respect du patrimoine génétique et respect de la personne, IN *Esprit*, volume 5, maio.

HELLER, Agnes & Feher, Ferenc. (1994). *Biopolitics*. Aldeshot: Avebury Publishers.

RABINOW, Paul. (1999). *French DNA: trouble in purgatory*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

RABINOW, Paul & Rose, Nikolas. (2006). Biopower Today, IN *Biosocieties*, volume 1, p.195-217.

WEBER, Max (1946). Religious reflections of the world and their directions, IN *From Max Weber: essays in sociology*, Gerth, H.H. & Wright Mills, C. (orgs.), New York: Oxford University Press.

\*\*\*\*\*

### ETNOGRAFIA DO GLOBAL:

### EFEITOS DE EXCEÇÃO GERADOS PELO NEOLIBERALISMO

Resenha do livro de ONG, Aihwa. *Neoliberalism as Exception. Mutations in Citizenship and Sovereignty*. Durham: Duke UP, 2006, 259p.

Uma das mais instigantes interpretações teóricas dos impactos da globalização neoliberal sobre as sociedades nacionais está sendo produzida por uma intelectual malásia – Aihwa Ong. Doutorada nos Estados Unidos e professora da UC Berkeley, Ong dedica-se, há mais de duas décadas, ao estudo dos complexos nexos estabelecidos entre política, tecnologia e cultura em situações de rápida mudança no leste e sudeste asiático. Seus trabalhos têm ajudado a configurar – não sem resistência de acadêmicos mais conservadores - o que ela chama de “antropologia da globalização”, e alguns deles tornaram-se clássicos nessa área. *Neoliberalism as Exception. Mutations in Citizenship and Sovereignty (Neoliberalismo como Exceção. Mutações em Cidadania e Soberania*, 2006, 259 págs.), publicado pela Duke University, faz parte desse conjunto de trabalhos. Todavia destaca-se do conjunto, assim como *Privatizing China, Socialism from Afar* (2007), por representar uma nova fase de sua obra, que tem como foco os novos valores, significados e práticas humanas cristalizados por regimes de governo, tecnologia e cultura na Ásia.

O livro tem como eixo central a idéia de que neoliberalismo é uma tecnologia de governo utilizada de diversas maneiras pelos mais distintos regimes, sejam eles autoritários, democráticos ou comunistas. Segundo Ong, a forma neoliberal de governar resulta na introdução de cálculos e axiomas de mercado no domínio da política, de forma que as atividades de governo são vistas como problemas técnicos, não-políticos e não-ideológicos. Como nova forma de governo, o neoliberalismo reconfigura as relações entre governo e governados, soberania e territorialidade, poder e conhecimento, cidadania e nacionalidades, resultando em um alinhamento com a lógica de mercado, da qual são depreendidos dilemas éticos que representam ameaças a valores básicos de igualdade social.

Assim, Ong refuta a noção comum de que o neoliberalismo constitui uma doutrina econômica derivada de um capitalismo predatório ou de um imperialismo norte-americano supressor dos limites soberanos dos governos. Na visão de Ong, o neoliberalismo emerge como um fenômeno histórico particular que não pode ser reduzido a uma expressão ordinária do capitalismo. Aos olhos de Ong, a apresentação do neoliberalismo como simples invasor dos governos nacionais resulta de visão simplista – o que grassa no cenário mundial é uma interação complexa a ser descrita e analisada.

---

<sup>11</sup> Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ.

Por outro lado, ao apresentar os dilemas éticos gerados por essa tecnologia de governo, *Neoliberalism as Exception* desvincula definitivamente a idéia de direitos humanos da representação neoliberal da modernidade. Isto é, o livro desfaz o encanto neoliberal que caracterizará a modernidade ocidental como portadora de um destino inevitável e uma solução infalível para os males sociais. Em oposição a esta visão, a etnografia de Ong narra a criação de zonas obscuras de inumanidades geradas pelo neoliberalismo como tecnologia de governo, zonas estas estruturais e, não, contingenciais ou residuais. Contudo, como sua etnografia focaliza a articulação complexa entre redes e esferas, ela também é capaz de captar os movimentos contrários, ou seja, não de inumanidade, mas de humanização de certos segmentos permeáveis ou convenientes às práticas neoliberais, como é o caso do movimento feminista na Malásia.

Dividido em quatro blocos temáticos e dez capítulos, o livro reúne conceitos produzidos pela autora ao longo da última década, a partir do estudo de casos, tais como a situação das mulheres no islamismo moderno da Malásia; a criação de zonas de mercado especiais na economia socialista chinesa; a migração de mulheres das Filipinas e Indonésia para trabalhar como domésticas nos países asiáticos emergentes; a formação de enclaves científicos e tecnológicos a partir de mão-de-obra barata e de alta qualidade, e o papel desempenhado pelas organizações não-governamentais (ONGs) em auxílio às migrantes domésticas.

Sem dúvida, há de se creditar parte do bom êxito do trabalho à estratégia etnográfica da qual lança mão a pesquisadora. Se por um lado essa estratégia corre o risco de aprisionar a análise à descrição, por outro, oferece critérios para captar a racionalidade intrínseca aos objetos de estudo sem premência de certos valores, em um arranjo descritivo capaz de ligar o particular ao universal, a partir do qual se formulam categorias abstratas sobre as sociedades. Dito isso, vê-se que, da série de casos apresentados a cada capítulo de *Neoliberalism as Exception*, depreendem-se novas concepções em torno da evolução neoliberal no contexto de globalização, concepções essas que lançam luz sobre o complexo entrecruzamento de relações de natureza tecnológica, ética, política e cultural que geram os modos de vida contemporâneos.

Ainda assim, alguns críticos apresentam o trabalho de Ong como pouco analítico, muito descritivo e fundamentalmente incoerente, escondido sob uma roupagem etnográfica. É o caso de Rebecca E. Karl que, em resenha publicada em março deste ano em *The China Quarterly*, acusa Aihwa Ong de, sem qualquer rigor, amalgamar e contrapor teorias – como as de Schmitt e Agamben – enquanto apresenta porções desarticuladas de empiria.

Pode-se compreender, sem necessariamente ratificar, a recepção dos críticos. De fato, Ong faz uma manobra teórica arriscada, ainda que bem-sucedida, ao incorporar à análise dos

mecanismos globais do neoliberalismo a noção schmittiana de “exceção”, termo concebido para reforçar a soberania do Estado nos anos 1930, contra a investida liberal (“Estado de exceção”). Tendo isso em vista, Karl atribui uma contradição histórica ao emprego de tal noção construída em confronto com o liberalismo, que é usada agora para caracterizar o neoliberalismo. Estar-se-ia diante de uma aporia?

Ora, a despeito do contexto histórico, a condição de exceção pode ser entendida como “uma decisão política tomada fora da ordem jurídica ou da regra geral”, sendo parte do monopólio de decisão do soberano. É este o sentido aplicado por Schmitt, sobretudo para delinear a esfera de amigos e de inimigos em um plano de disputa ou guerra. Apropriando-se do conceito nesse sentido, também o filósofo italiano Giorgio Agamben utiliza-se do termo exceção para entender situações contemporâneas em que ela, a exceção, opera como princípio fundamental de soberania, como seria o caso da guerra contra o terror desencadeada pelo governo norte-americano. Na visão de Agamben, estes momentos extraordinários de emergência, sítio, guerras, nos quais o Estado usa de dispositivos legais para suprimir justamente a própria legalidade e os direitos dos cidadãos, deixou de ser excepcional e se vem tornando padrão, principalmente, na atuação dos Estados Unidos.

Ong, no entanto, pretende evocar a condição de exceção de maneira mais ampla. Para ela, essa condição pode ser entendida como uma estratégia política extraordinária empregada para incluir, assim como para excluir, sujeitos na/da ordem normativa. Nesta perspectiva ampla, a exceção neoliberal pode ser lida em dois aspectos: neoliberalismo como exceção e exceção ao neoliberalismo.

O “neoliberalismo como exceção” é entendido no contexto de introdução desta tecnologia de governo em países asiáticos, onde tal tecnologia não caracteriza sua tradição de governo. Assim, esses Estados abrem exceções nas suas práticas de governo, passando a aplicar cálculos de mercado para gerenciar populações e administrar espaços ou regiões especiais, de modo a se inserirem e competirem na economia global.

A “exceção ao neoliberalismo” apresenta-se fundamentalmente como exclusão de populações e de lugares dos benefícios e frutos produzidos pelas escolhas neoliberais. Essa exclusão pode ocorrer tanto no sentido de blindar benefícios e bem-estar de parte dos cidadãos, protegendo-os da lógica neoliberal, como no sentido de excluir os não-cidadãos (imigrantes, setores étnicos, segmentos de gêneros ou trabalhadores manuais) dos benefícios do desenvolvimento capitalista. É justamente a disjunção existente entre “neoliberalismo como exceção” e “exceção ao neoliberalismo” que se torna objeto de análise de Ong.

Como se nota em *Neoliberalism as Exception*, Ong não incorpora por inteiro a teoria schmittiana; ela reatualiza seu conceito de exceção, à medida que extrai seu conteúdo, libertando-o de seu contexto. Há, com efeito, uma autonomia intelectual aí expressa – ao contrário da colagem teórica indicada por Karl -, autonomia que se expressará também no diálogo permanente mantido com os elementos teóricos lançados na arena contemporânea por Agamben, com quem Ong partilha a influência não só schmittiana, mas também foucaultiana. Influências à parte, é verdade que Ong trabalhará com algumas categorias agambenianas como as noções de vida nua (*bare life*), vida boa (*good life*) e o próprio conceito schmittiano de exceção, mas o fará relendo esses conceitos de forma crítica. Nas palavras de Ong, “a estrita adesão à divisão universal da humanidade de Agamben entre aqueles com direitos e aqueles sem direitos perderia a rica complexidade e as possibilidades dos múltiplos sistemas éticos em jogo”.

A mesma atitude crítica Ong assume em relação às idéias de dois dos três acadêmicos célebres que recomendam sua obra, a saber, Saskia Sassen e Michael Hardt (excluindo Manuel Castells). Ong discorda da percepção de Sassen de que a globalização exerce uma “desnacionalização parcial” do território nacional. Levando sua inspiração schmittiana a fundo, ela afirma que não se deve falar de desnacionalização parcial, mas de criação de espaços de exceção. Sua perspectiva etnográfica também acusa equívoco na idéia de que globalização produz um regime global e uniforme de trabalho, idéia esta inspirada em Deleuze e formulada no célebre *Império*, escrito por Hardt e Negri. Em um contraponto explícito a esses autores, Ong descreve como as redes transnacionais, embora flexíveis, não revelam a falta de disciplina do trabalho. Isto é, sistemas de encarceramento e controle perpetuam-se, de tal modo que a lógica de exceção permite combinação de regimes de disciplina e regulação.

Na constelação de pensadores citados na obra de Ong, dois autores destacam-se como fortes referências especulares na sua obra: Karl Polanyi e Foucault. Da genealogia liberal desenvolvida por Polanyi, Ong conserva, não a fé na legislação do Estado como protetora da sociedade, mas a denúncia do intercâmbio político selado na cumplicidade entre Estado e mercado, da lógica de mercado disseminada e incorporada por porções de cidadãos e da sujeição de valores humanos a essa lógica. É bem verdade que a aproximação com Polanyi sustenta-se mais como sugestão de inspiração do que como referência teórica, pois que o autor pouco é mobilizado ao longo do texto. Referência de outra natureza é a de Foucault, que acompanha Ong ao longo dos capítulos com suas concepções de governabilidade, poder individualizante, biopoder e biopolítica. Neste caso, não se trata, portanto, de simples inspiração; a concepção foucaultiana integra-se fortemente no eixo da argumentação, como na percepção de Ong de que há diferentes investimentos biopolíticos sobre segmentos da população, que ora privilegiam uma etnicidade

sobre outra, ora um gênero sobre outro, ora uma categoria de trabalhador sobre outra, sendo uns tratados por um “poder individualizante”, e outros submetidos a diferentes tecnologias de disciplina e regulação.

De volta ao argumento axial presente na introdução de *Neoliberalism as Exception* – o da articulação entre neoliberalismo e exceção – cumpre notar como ele constitui fio condutor na análise das mutações da cidadania e da soberania. Ou seja, é a lógica neoliberal da produção espontânea da exceção que rege essas mudanças nos cenários globais. Assim, Ong mostra como os elementos de cidadania estão cada vez mais enredados no critério neoliberal, de sorte que os indivíduos são valorizados em função de sua flexibilidade ou da rentabilidade de seu saber, podendo, até mesmo, exercer sua cidadania para além de seu território nacional. Em contrapartida, cidadãos sem grandes atrativos lucrativos tornam-se vulneráveis a práticas de exclusão dentro ou fora de seu território.

A condição de exceção passa a habitar o cotidiano dos cidadãos globais, produzindo uma desigualdade estrutural e novas formas de dominação marcada por novos filtros, sejam eles raciais, étnicos, sociais, religiosos ou de gênero. É sob esta perspectiva que Ong vê a exceção emaranhar-se à cidadania, como na exportação de trabalhadores asiáticos para os pólos de tecnologia norte-americanos, que, ingressos no país devido a medidas legislativas de concessão ao interesses das empresas, vivem desprovidos de direitos e em péssimas condições. Ou, como na promoção das trabalhadoras domésticas pelos governos das Filipinas e Indonésia, mulheres vítimas de exploração, maus tratos e encarceramento pelas classes médias dos países vizinhos emergentes, cujo padrão de vida inspirado no estilo de vida norte-americano apóia-se nesse sistema de exploração.

Ong afirma que a ligação entre neoliberalismo e exceção também tem efeitos sobre a idéia de soberania do Estado, que adquire nova configuração em função da racionalidade neoliberal. Trata-se de uma soberania flexibilizada, que tanto fragmenta quanto estende o espaço do Estado-nação. Na construção deste prisma, Ong observa, por exemplo, que os Estados asiáticos emergentes, em interação com corporações e agências reguladoras globais, tendem a aderir a cálculos neoliberais e, por conseguinte, a tratar as populações em sua relação de força com o mercado, produzindo novas espacialidades de governo e gradações nos direitos e benefícios de cidadania. Assim, por meio de políticas induzidas por interesses corporativos, são circunscritas zonas ao longo do território nacional, como as de turismo ou de trabalho industrial, os centros de pesquisas, os parques de ciência, ou seja, os enclaves de crescimento econômico articulados a circuitos globais e esquemas transnacionais, a partir do qual corporações conquistam ingerência sobre as condições de cidadania. Em outras palavras, origina-se uma espécie de “soberania

graduada” e um tipo de “cidadania graduada”, isto é, soberania e cidadania exercidas em graus diferentes.

Através deste arranjo de exceções, Ong desmistifica o papel das organizações não-governamentais, ao lançar dúvidas sobre a suposta constituição de uma esfera pública global a partir de suas atuações. Analisando o trabalho de formação e capacitação oferecido por essas organizações a segmentos das populações asiáticas, Ong percebe como suas intervenções não se destinam a converter a exclusão em humanidade. Elas se restringem a redefinir o humano em função da conexão com a lógica neoliberal, pavimentando, por exemplo, o acesso aos mercados em vez de pleitear direitos de cidadania. Fazem, assim, parte da infra-estrutura que suporta a estratégia desenvolvimentista dos Estados, de fazer trabalhadores migrantes disponíveis ao mercado externo.

*Neoliberalism as Exception* estabelece-se, portanto, como obra relevante para a reflexão sobre as novas configurações globais. Escrito por uma malásia formada nos Estados Unidos, surpreende pelos diálogos estabelecidos com referências predominantemente européias. No entanto, o leitor não há de se enganar: sob o equipamento de ciência ocidental, persiste a sensibilidade oriental de Ong. Ademais, a tradução e publicação dessa obra pelo mercado editorial brasileiro se justificariam não apenas pela qualidade da obra. Nesses tempos em que a mídia brasileira exalta, deslumbrada, as altas taxas de crescimento de países asiáticos como Índia, China e Coréia, a difusão da produção intelectual de Ong é mais do que pertinente – é oportuníssima.

\*\*\*\*\*

## **DO RESGATE DO CONCEITO DE “HEGEMONIA”: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E POLÍTICAS**

Resenha do livro de LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y Estrategia Socialista – Hacia una Radicalización de la Democracia*. 1ª. reimpresión. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina. 2006, 246p.

Vivian Domínguez Ugá<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Doutoranda em Ciência Política pelo IUPERJ.

Embora publicado em meados dos anos oitenta, *Hegemonía y Estrategia Socialista – Hacia una Radicalización de la Democracia* é bastante atual. Sua temática central sugere uma releitura da teoria marxista à luz dos problemas contemporâneos e uma redefinição do projeto socialista. Articulam-se, portanto, uma proposta teórico-intelectual definida como “pós-marxista” a uma perspectiva política de construção de uma “nova esquerda”, a partir do que entendem por “radicalização da democracia”.

Assim, do ponto de vista teórico, objetiva-se, com a releitura do pensamento marxista: entender em que consiste a “crise do marxismo”, desconstruir alguns de seus pressupostos, para que se possa propor uma maneira de se resgatar o marxismo no mundo contemporâneo.

Mouffe e Laclau sugerem entender a “crise do marxismo”, não como um fenômeno recente, mas como um processo cujas raízes devem ser procuradas nos problemas com que o marxismo se enfrentava desde a época da Segunda Internacional, ou seja, desde fins do século XIX. É nesse momento que se começava a perceber que os postulados teóricos essencialistas e economicistas do marxismo não podiam dar conta nem da complexidade e da trajetória percorrida pelo capitalismo, nem da fragmentação da classe operária - qualquer tipo de unidade para o “sujeito” apenas era possível através de formas de articulação instáveis e complexas. Assim, a própria realidade social e política denunciava limitações da teoria. Como respostas a esta crise, destacam-se a emergência de três correntes de debates: a ortodoxia marxista, o revisionismo e o sindicalismo revolucionário. Mas, para Laclau e Mouffe, embora tentassem explicar a formação da unidade do operariado – seja pelo próprio desenvolvimento da infra-estrutura, seja pela intervenção política autônoma, ou ainda, pelo papel do agente aglutinador, respectivamente -, aquelas novas correntes não deixaram de lado o problema central do marxismo clássico: a lógica da necessidade, sem abrir espaço para a contingência e para a criatividade.

A ausência de uma noção de contingência e de criatividade é entendida como o grande vazio deixado pelo marxismo, que faz com que não consiga dar conta da realidade social e política. Por um lado, a discussão proposta deve estar atenta à desconstrução dos pressupostos desse vazio teórico e, portanto, considerar três pontos centrais: (i) uma crítica a seu essencialismo filosófico; (ii) o destaque para o novo papel da linguagem na estruturação das relações sociais, chamando a atenção para a importância do conceito de “discurso”; e (iii) a necessidade de desconstrução da categoria monista “sujeito” e proposta de uma idéia de sujeito “descentrado”, constituído a partir de uma unidade relativa e debilmente integrada de uma pluralidade de “posições de sujeito”. Por outro lado, propõe-se como possibilidade de preenchimento teórico daquele vazio (a ausência da noção de contingência), o resgate do conceito de *hegemonia*. Para desenvolver esses argumentos, os autores dividem o livro em quatro capítulos.



No primeiro capítulo, traçam a genealogia do conceito de “hegemonia”, ou melhor, uma arqueologia de sua ausência. Para tanto, traçam a história da tentativa de se incluir a lógica da contingência nas interpretações teóricas marxistas – tais como as de Rosa Luxemburgo, Kautsky, Lênin -, como solução para o enfrentamento de sua crise. Contudo, embora eles se tenham esforçado em abrir um espaço teórico para a contingência e para a política em suas análises, acabam fazendo um relato conjuntural, uma vez que percebiam as relações políticas como suplementares às relações de classe. Em última instância, em cada uma dessas tentativas estão implícitas as “leis necessárias” do marxismo, não conseguindo, portanto, nem se desvencilhar da lógica da necessidade nem romper com o determinismo estrutural clássico. Entretanto, ainda que esses autores não tenham conseguido desprender-se totalmente do essencialismo filosófico marxista, eles representaram o início do preenchimento daquela lacuna conceitual que se referia à contingência. Assim, de um modo ou de outro, contribuíram para a construção do esboço de uma idéia ulterior de hegemonia. Isto fica mais claro com Lênin, com a noção de aliança de classes. Para o leninismo, a hegemonia era considerada como direção política no seio de uma aliança (circunstancial) de classes. Como essa aliança era momentânea, a identidade das classes que a compunham não era afetada, não preenchendo, portanto, o conceito de relação hegemônica. Para Laclau e Mouffe, uma relação hegemônica não pode ser reduzida a uma aliança conjuntural de classes, mas deve construir uma relação estruturalmente nova - diferente da relação de classes -, que envolva a idéia de *articulação*.

Essa inovação – tema do segundo capítulo - só aparece em Gramsci, cujo pensamento representou um “divisor de águas” na construção do conceito de hegemonia. Ele consegue ampliar o terreno atribuído à recomposição política e à hegemonia, ao teorizar a relação hegemônica como algo que vai além da noção de “aliança de classes”. Contudo, seu primeiro conceito de hegemonia, de 1926, em *Notas sobre a questão meridional*, era ainda muito leninista, uma vez que o proletariado deveria criar um sistema de alianças que mobilizasse a maioria da população trabalhadora contra o capitalismo e o Estado burguês. O proletariado deveria desempenhar um papel dirigente, afrouxando a defesa de seus próprios interesses e incorporando os interesses dos demais grupos sociais. Percebe-se, assim, uma idéia de interesses pré-constituídos, a partir da estrutura de classes, que é compatível com a concepção leninista de aliança de classes. A liderança aqui é simplesmente política e, não, intelectual e moral.

Esta transição da liderança política para uma liderança moral e intelectual é fundamental e decisiva para um conceito de hegemonia que possa ir além da aliança de classes. Se essa liderança moral e intelectual existe, significa que existem valores e idéias que podem ser compartilhados por vários setores da sociedade, podendo construir-se uma vontade coletiva – a base para a

formação de um “bloco histórico”. Tudo depende, portanto, da noção de ideologia. Por um lado, Gramsci diverge do marxismo clássico, ao supor a materialidade da ideologia que, segundo ele, passa a ser um todo orgânico e relacional. Assim, afasta-se da leitura superestruturalista de ideologia, percebendo esta como um cimento orgânico que unifica o bloco histórico. Por outro lado, esse autor rompe com a visão reducionista da ideologia. Nem os sujeitos políticos são as “classes” – ao contrário, são “vontades coletivas” resultantes de articulações político-ideológicas-, nem os elementos ideológicos articulados pela hegemonia têm um pertencimento necessário de classe.

A despeito dessas grandes divergências em relação ao marxismo clássico, há, entretanto, uma incoerência em Gramsci, a qual faz com que ele não consiga superar plenamente a “lógica da necessidade” do essencialismo marxista. Isto porque, mesmo se a identidade entre os grupos sociais for puramente relacional, em toda formação hegemônica sempre deve existir um princípio unificante que, segundo Gramsci, refere-se a uma *classe* fundamental. Percebe-se, desta maneira, um marco *estrutural* necessário para que ocorra a luta hegemônica. Assim, a hegemonia de classe não é totalmente contingente, mas está determinada, em última instância, pela infraestrutura. Para Laclau e Mouffe, isto limita o conceito gramsciano de *hegemonia*, já que não considera as potencialidades teóricas e políticas que o conceito pode apresentar.

Assumindo que o conceito de hegemonia pode ser o caminho para o preenchimento daquela lacuna na teoria marxista – a da ausência de contingência -, a proposta do trabalho de Laclau e Mouffe é explorar uma nova lógica para o *social* trazida pelo conceito de hegemonia, ressaltando, contudo, a necessidade de expandi-lo e aprofundá-lo. Para isso, é preciso que se construa teoricamente o conceito de hegemonia em outras bases, abandonando aquelas teses epistemológicas, de modo que se possa dar conta da multiplicidade e diversidade das lutas sociais contemporâneas e, assim, reconstruir o projeto socialista em termos de uma radicalização da democracia. Esta é a discussão apresentada no terceiro capítulo.

Nessa tentativa de construção do conceito de hegemonia, Laclau e Mouffe sugerem que ele deve inserir-se num campo muito mais amplo: o da teoria da articulação, que ressalta a natureza *discursiva* do social. Desse modo, o primeiro passo para se entender o conceito de hegemonia é a idéia de *articulação*, que sugere uma prática capaz de estabelecer uma relação entre elementos, tendo como resultado a modificação de suas identidades. Percebe-se, pois, o caráter contingente desse resultado, uma vez que as relações sociais entre os elementos não são necessárias.

Uma categoria fundamental na teoria da articulação é a noção de *discurso*, que significa a totalidade estruturada resultante das práticas articulatórias e que constitui e organiza as relações sociais. Laclau e Mouffe afirmam que, embora cada discurso tente dominar o campo da discursividade, nenhum consegue realizar sua sutura, ou seja, é impossível estabelecer significados últimos para o social. Assim, deve-se abandonar a idéia da sociedade como uma totalidade suturada. Não há um único sentido que fixe e constitua a sociedade, mas ao contrário, as relações sociais são constituídas pela pluralidade de discursos e da contingência. Não há fixação absoluta de sentido, já que o campo discursivo é sempre marcado pelo excesso de sentido, pelo transbordamento de toda tentativa de sutura única. São possíveis apenas fixações parciais. Os pontos discursivos privilegiados da fixação parcial são chamados de *pontos nodais*, com os quais a definição de *articulação* pode ser mais completa: é “a construção de pontos nodais que fixam parcialmente o sentido; e o caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinidade do campo discursivo.” (p. 113).

Após definirem a categoria da *articulação*, os autores afirmam que ela delimita um campo teórico-político para o conceito de hegemonia, o qual supõe o caráter incompleto e aberto do social, que apenas se pode constituir num campo dominado por práticas articulatórias. As práticas hegemônicas são práticas articulatórias que se verificam através do enfrentamento com práticas articulatórias antagônicas e que envolvem, portanto, fenômenos de equivalência e efeitos de fronteira. As duas condições para uma articulação hegemônica são, desse modo, a presença de forças antagônicas e a instabilidade das fronteiras que as separam. Nota-se que, com isso, a *hegemonia* é um tipo de relação política, uma forma de política, uma lógica social e, não, um lugar preciso numa topografia do social. Numa formação social, pode haver uma variedade de pontos nodais hegemônicos, que podem estar no centro dos efeitos totalizantes, porém esta centralidade se esvazia, na medida em que não é possível a redução do social a um único princípio. Não é difícil, por isso, perceber o novo conceito de *política* que surge da teoria da articulação: uma política como criação, reprodução e transformação das relações sociais, que não está localizada num nível específico do social, mas, sim, na definição e articulação das relações sociais num campo repleto de antagonismos.

Outro tema bastante importante na teoria da articulação diz respeito ao *sujeito*, que é definido como “posições de sujeito” no interior de uma estrutura discursiva. Assim, os autores realmente desconstruem a idéia monista de que os sujeitos são formados a partir da estrutura de classe. Eles são, na verdade, sujeitos abertos, que não estão dados *a priori*; são formados a partir

da interação e estão circunscritos às práticas articulatórias e não têm, pois, identidade pré-definida.

A partir desta nova proposta teórica de radicalização do conceito de hegemonia, Laclau e Mouffe sugerem a possibilidade da emergência de um novo projeto para a esquerda, que coloque em novos termos a relação entre a hegemonia e a democracia, e que aponte para uma radicalização desta última. Assim, ante a atual hegemonia do discurso neoliberal-conservador, a tarefa da nova esquerda consiste em resgatar o discurso da “revolução democrática<sup>13</sup>”, aprofundando-a e expandindo-a, na direção de uma democracia radicalizada e plural.

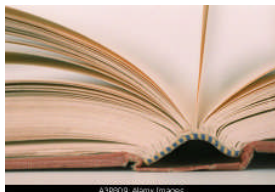
Para tanto, diante da pluralidade de discursos emancipatórios e da multiplicação dos espaços políticos, é preciso expandir as cadeias de equivalências entre as diversas lutas contra a opressão, de modo que se estabeleça, a partir do discurso democrático radical e plural, uma articulação hegemônica de oposição ao discurso neoliberal. Contudo, o projeto hegemônico da nova esquerda não se pode resumir a seu lado negativo. Ele deve ser, ao mesmo tempo, positivo, apontando também para uma estratégia concreta de construção de uma nova ordem social. Como a unidade entre estes dois lados não está assegurada aprioristicamente, ela deverá ser articulada e construída na esfera da contingência, ou seja, pelo discurso e pela política.

Percebe-se que esse livro, além de ser uma iniciativa teórica de resgate e aprofundamento do conceito de hegemonia, é também uma proposta política ante a necessidade da esquerda em “começar a elaborar uma alternativa possível frente à ordem neoliberal, ao invés de tratar simplesmente de administrá-la de um modo mais humano.” (p. 17) É nesse sentido que a atualidade das discussões trazidas por *Hegemonía y Estrategia Socialista – Hacia una Radicalización de la Democracia* é bastante evidente.

\*\*\*\*\*

---

<sup>13</sup> Laclau e Mouffe entendem a “revolução democrática” como uma matriz do imaginário social formada a partir do discurso de “liberdade e igualdade” que começou a ser defendido com a Revolução Francesa. Sua lógica de equivalência serviu de instrumento de transformação e produção do social e, a partir do momento em que esse discurso se tornou disponível para articular as diversas formas de resistência à subordinação, tornou-se possível a luta contra os diferentes tipos de desigualdade.



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

**Processador de texto:** Word for Windows

**Espaçamento do texto:** 1.5

**Papel:** formato A4

**Fonte:** Times New Roman, tamanho 12

**Número de páginas:** até 6 páginas

**Apresentação da página de rosto**

Título da resenha (dado pelo autor da resenha) e Título da obra a ser resenhada;

Dados do autor da resenha e da obra a ser resenhada;

Filiação científica do(s) autor(es) da resenha, mencionando instituição/  
Departamento/Seção;

Endereço completo, endereço eletrônico (E-mail), quando possível, e telefone  
para contato.

As resenhas devem conter uma descrição significativa do conteúdo do livro, evitando opiniões pessoais ou posicionamentos que impeçam que o leitor tenha conhecimento objetivo da edição.

**Perfil** -> um periódico patrocinado pela Sociedade Brasileira de Sociologia com o objetivo de tornar mais visível especialmente a produção científica brasileira na área de Ciências Sociais, com ênfase na Sociologia;

**Formato** -> a publicação tem como característica principal a apresentação de resenhas de livros ou de um conjunto de artigos recentes (de preferência nos últimos dois anos); o objetivo é informar o leitor de forma sucinta sobre o que de principal tem sido publicado na nossa área (não se confunde portanto com o BIB);

**Quem vai fazer as resenhas** -> principalmente doutorandos das nossas Pós-graduações, mas também sócios da SBS; acho importante que em cada número haja um resenha inicial (que pode ser maior que as outras) feita por qualquer um de nós (ex e atuais membros da diretoria e comitê científico); boas resenhas feitas no exterior e publicadas em bons periódicos podem também ser traduzidas;

**Período de envio e seleção das propostas** -> As propostas devem ser enviadas em dois momentos: até 20 de abril (para publicação em maio) e até 30 de setembro (para publicação em outubro). A seleção das propostas será feita tendo por base a clareza e profundidade da apresentação do texto, considerando-se também os requisitos apontados nas normas para a publicação.